

Edital de Licitação

Processo Licitatório N° 31/2020
Tomada de Preço N° 06/2020

Contratação de empresa especializada para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra) referente a construção de 08 (oito) casas populares.

O **Município de Santa Cecília do Sul**, de conformidade com a Lei Federal n° 8.666/93, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que, **às 09h00min, do dia 09 de julho de 2020**, junto à sede administrativa do Município, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitações, onde serão recebidos e abertos os documentos e propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra), conforme as especificações que seguem:

1. Do Objeto

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra) referente a construção de 08 (oito) casas populares, junto a sede do Município e suas localidades.

1.1. Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Memorial Descritivo, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e especificações técnicas deste Edital.

1.2. É de responsabilidade da licitante vencedora efetuar a matrícula da obra junto ao INSS e apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)**, referente à execução da mesma.

2. Dos Critérios de Participação e Habilitação

2.1. Não poderão participar desta licitação:

2.1.1. Empresas sob processo de falência ou concordata;

2.1.2. Empresas reunidas sob a forma de consórcio ou quaisquer outras modalidades de associação;

2.1.3. Empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam suspensas de participar de licitações e/ou impedidas de contratar com a Administração, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não tendo sido ainda reabilitadas.

2.1.4. Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, sejam membros, empregados ou ocupantes de cargo comissionado do Município de Santa Cecília do Sul;

2.1.5. Empresa que seja autora do projeto de Engenharia;

2.1.6. Empresa da qual o autor do projeto de Engenharia seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.2 - Da Habilitação

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo de construção civil, e que estejam devidamente cadastradas no município até o **dia 06 de julho de 2020**, devendo, para tanto, apresentar os seguintes documentos:

2.2.1 - Declarações

a) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei Federal nº 8666/93; **(Modelo Anexo II)**

b) Declaração atestando que a licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista; **(Modelo Anexo III)**

c) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública; **(Modelo Anexo IV)**

d) Declaração de responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; **(Modelo Anexo V)**

e) Declaração de conhecimento do local onde os serviços serão executados, das condições para execução dos serviços, inclusive quanto suas dimensões físicas e riscos; **(Modelo Anexo VI)**

2.2.2 - Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade dos diretores/sócios;
- b) Registro comercial no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações ou entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, acompanhamento de documento de eleições de seus administradores;

2.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

2.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

2.2.3.2. Prova de inscrição através do Documento de Identificação da Receita Estadual (**DI/RE**) ou Municipal (**Alvará**), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.3.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (a certidão de regularidade com a Secretaria da Receita Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional), e, inclusive, deverá abranger as contribuições sociais previstas na lei 8.212, nos termos da Portaria 358, de 05/09/2014 (RFB);

2.2.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

2.2.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**;

2.2.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

2.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), nos termos da redação dada pela lei 12.440, de 7.7.2011, a CLT e a Lei 8666/93;

2.2.4 - Qualificação Econômica - Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com a indicação do número do livro diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos.

a1) No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida a apresentação do balancete do mês imediatamente anterior ao da realização da licitação, sendo vedada tal faculdade para situações que não se encontrem nesta condição.

a2) Sociedades anônimas deverão apresentar cópia autenticada ou original do Diário Oficial em que foi publicado o último balanço.

a3) **Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, deverão apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA de informações socioeconômicas e fiscais, registrada na Junta Comercial, de acordo com o disposto no art. 25 da LC 123/2006, referente ao último exercício social;**

a4) A análise da "boa situação financeira" da empresa licitante far-se-á com base nos indicadores adiante relacionados, **assinados pelo contabilista responsável e pelo titular ou representante legal da empresa**, para conferência e aprovação do setor de contabilidade do Município:

Liquidez Geral: $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} =$ (índice mínimo aceitável 1,00)

Grau de endividamento: $\frac{PC + PELP}{AT} =$ (índice máximo aceitável de 0,51)

Liquidez Corrente: $\frac{AC}{PC} =$ (índice mínimo aceitável de 1,00)

Gerência de Capitais de Terceiros: $\frac{PL}{PC + PELP} =$ (índice mínimo aceitável de 1,00)

Líquides Instantânea: $\frac{AD}{PC} =$ (índice mínimo aceitável de 0,05)

AC = Ativo Circulante; **AD** = Ativo Disponível **ARLP** = Ativo Realizável à Longo Prazo; **AP** = Ativo Permanente; **AT** = Ativo Total; **PC** = Passivo Circulante; **PELP** = Passivo Exigível à Longo Prazo; **PL** = Patrimônio Líquido.

b) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida no domicílio desta, emitidas no máximo em 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a sessão. Serão aceitas certidões negativas expedidas com data anterior, desde que contenham prazo de validade e as mesmas estejam em vigor.

2.2.5 - Qualificação Técnica

a) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (**CAU**), com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.

b) Certidão de registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) e/ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (**CAU**).

c) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data limite para o cadastramento, profissional de nível superior com habilitação para assumir a responsabilidade técnica da obra objeto da presente licitação, devendo este ser o responsável técnico pela execução da obra, o que poderá ser comprovado com a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de Registro de Empregado e Carteira de Trabalho;

II - Contrato de Trabalho;

III - Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita através do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

c.1) Se o licitante for Cooperativa, a prova da situação exigida nesta alínea será feita mediante a apresentação da Ata de Assembleia que o indicou como responsável técnico, na especialidade exigida neste edital, devendo a profissão deste membro associado estar contemplada nos objetivos da Cooperativa e, caso empregado, mediante cópia da CTPS.

Obs.: Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião ou por servidor do Município de Santa Cecília do Sul-RS, ou por publicação em um órgão da imprensa oficial, ficando dispensados somente os documentos originais emitidos pelo sistema de Internet.

2.3 - Não havendo expediente na data marcada, a entrega dos referidos envelopes dar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no horário ora estabelecido à hora já estabelecida.

2.4. Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião ou por servidor do Município de Santa Cecília do Sul-RS, ou por publicação em um órgão da imprensa oficial, ficando dispensados somente os documentos originais emitidos pelo sistema de Internet.

3. Do Recebimento dos Documentos e Propostas

As propostas serão recebidas pela comissão de licitação no dia, hora e local mencionado no preâmbulo, em uma via datilografada, assinada em sua última folha, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira a seguinte inscrição:

Município de Santa Cecília do Sul
Tomada de Preço N° 06/2020
Envelope N° 01 - Documentação
Proponente: (Nome Completo Da Empresa)

Município de Santa Cecília do Sul
Tomada de Preço N° 06/2020
Envelope N° 02 - Proposta
Proponente: (Nome Completo Da Empresa)

3.1. O envelope n° 1 deverá conter:

a) Certificado de registro Cadastral fornecido pelo Município, e específico para o presente processo licitatório, o qual comprovará o atendimento das disposições do item 2.2 do presente edital, inclusive os documentos de regularidade fiscal que tenham vencido entre a expedição do Certificado de Registro Cadastral e o recebimento das propostas;

b) Se o proponente for representado por procurador, deverá acompanhar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação incluídos dentre os poderes os seguintes: receber notificação, intimação e assinar contrato, obrigando o licitante a todos os termos do presente edital e proposta, inclusive acordar, discordar, receber citação, transigir, renunciar.

c) Atestado de vistoria assinado pelo responsável técnico indicado pelo Município de Santa Cecília do Sul e pelo **responsável técnico (que seja habilitado para o serviço constante no objeto)** da empresa licitante, sendo que as visitas ao local das obras deverão ser realizadas nos dias **02, 03 e 06 de julho de 2020, em horário de expediente na Prefeitura Municipal**, mediante agendamento prévio pelo telefone (54) 3616-4070.

cl) O responsável técnico da licitante, **na data da visita**, deverá apresentar Identidade Profissional, juntamente com comprovante de registro de pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, e documento que demonstre sua vinculação com a empresa.

d) Se o proponente se enquadrar como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, deverá apresentar declaração firmada pelo responsável técnico (Contabilista), ou outro documento idôneo que comprove tal situação, para fins de usufruir os benefícios

previstos na LC nº 123/2006, sob pena de, caso ocorra omissão de tais documentos, caracterizar-se esta situação como renúncia aos benefícios antes referidos. **(Modelo Anexo VIII)**

e) Declaração de Responsabilidade Técnica, contendo nome, endereço, CPF e CREA/CAU do(s) profissional(is) responsável(is) pelos serviços, devidamente assinada pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s), conforme modelo do **Anexo IX**.

f) Facultativamente, Declaração de Desistência de Prazo Recursal, se considerada habilitada, em caso de não encontrar-se presente por ocasião da abertura dos envelopes, conforme modelo do **Anexo X**;

3.2. O envelope nº 2 deverá conter:

a) Proposta discriminada dos materiais e serviços a serem fornecidos, com preços unitários e totais da proponente, devendo estar incluído nos valores todos os encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhista, ou qualquer outro custo agregado para a realização do objeto desta licitação. **(Modelo Anexo I)**

a.1) A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data aprazada para recebimento das propostas.

a.2) A proposta deverá **obrigatoriamente apresentar a taxa de BDI e a taxa de Encargos sociais** utilizadas pela empresa.

a.3) Conter **obrigatoriamente Dados da Empresa e Dados do Administrador;**

3.2.1 A apresentação de proposta pressupõe a aceitação do proponente de que a tradição da obra somente ocorrerá após a expedição do termo de aceitação.

3.2.2 As planilhas do orçamento discriminado da obra **deverão ser assinadas pelo representante legal da proponente e por profissional devidamente habilitado perante o CREA/CAU**, devendo constar menção explícita do título do profissional que a subscrever e do número de seu registro no CREA/CAU.

3.2.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. Do Julgamento

4.1. O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora levando em consideração o **menor preço global**.

4.2. Esta licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e alterações, bem como das disposições constantes da LC 123/2006.

4.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto na LC 123 e no parágrafo segundo, do art. 3º da Lei Federal 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

4.4. Será considerado o menor preço tomando-se por base àquele vigente na data da abertura das propostas.

4.5. As notificações de decisões se darão mediante publicação no mural oficial, localizado no átrio da Prefeitura.

4.6. A presente licitação será do tipo empreitada global (materiais e mão-de-obra). O preço de referência para contratação, com base no orçamento do projeto é de **R\$ 514.616,32 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos)**, sendo que deste montante R\$ 360.231,44 (trezentos e sessenta mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos) são a título de materiais, e, R\$ 154.384,88 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) são a título de mão de obra. Estes valores contemplam a construção das 08 (oito) unidades habitacionais, sendo que cada uma corresponde a oitava parte da parcela total de materiais e mão de obra.

4.6.1. SERÃO DESCLASSIFICADAS as propostas que apresentarem valor global superior ao estabelecido neste item (4.6).

4.7. Após a verificação dos subitens precedentes, a Comissão de Licitação apreciará a proposta de preços das licitantes habilitadas, desclassificando aquela que:

4.7.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

4.7.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

4.7.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico e/ou Executivo;

4.7.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital;

4.7.5. Deixar de cotar algum item da Planilha Orçamentária;

4.7.6. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão, ressalvada a hipótese admitida no subitem abaixo:

4.7.6.1. Serão admitidos custos unitários superiores aos da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão, desde que o preço global e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, já computado o percentual de BDI, fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado, nos termos do art. 13, I, do Decreto 7.983, de 2013.

4.7.7. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.7.8. Deixar de apresentar a taxa de Encargos Sociais ou BDI.

4.7.8.1. Apresentar, na sua composição de preços, taxa de Encargos Sociais ou BDI inverossímil;

4.7.8.2. Poderá ser exigida, para contratação, comprovação do cálculo da taxa de encargos sociais e BDI apresentada pela empresa, assinada por seu contador, engenheiro/arquiteto e responsável legal.

4.7.9. Na composição analítica das taxas de Encargos Sociais e de BDI, deixar de atender às legislações trabalhista e tributária e aos acordos coletivos de classe vigentes na data de elaboração do orçamento;

4.8. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

5. Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo que dispõe a lei em vigor, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei de Licitações 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.4. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á no reconhecimento de empate, conforme § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123.

5.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma constante neste item 5.4, poderá apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, se assim o fizer.

5.4.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 5.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação da Comissão Permanente de Licitações, sob pena de preclusão.

5.4.5. A Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar, a qualquer momento, documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores conferidas pela Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.4.7. O disposto nos itens **5.4.1** e **5.4.6** deste edital, somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra no intervalo estabelecido no item **5.4**.

6. Do Procedimento

6.1.1. Depois de declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas, já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

6.1.2. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será admitido à licitação os participantes retardatários.

6.2. Abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação e de propostas, estes serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes presentes.

6.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os proponentes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, ou não tenham atendido satisfatoriamente as condições deste Edital. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento.

6.4. Não será aceito qualquer documento por via fac-símile, nem cópia realizada com papel próprio para fac-símile, ainda que autenticado.

6.5. Aberto o envelope nº 01 na data prevista para recebimento das propostas, e constatada a regularidade dos proponentes, a Comissão processará a abertura dos envelopes nº 02, sempre em sessão pública, previamente designada, que poderá realizar-se logo após a esta, se todas as proponentes habilitadas ou não, renunciarem a faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante a consignação dessa circunstância em ata ou declaração.

6.6. Os envelopes contendo as propostas dos participantes declarados inabilitados serão devolvidos, ainda, fechados, diretamente ou pelo correio, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

6.7. Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas, folha a folha, pelos proponentes presentes e pela Comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as exigências do Edital ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

6.8. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela Comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

7. Da Impugnação e dos Recursos Administrativos

7.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

7.2. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do edital.

7.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7.2.2. Não serão aceitas impugnações e recursos por e-mail, nem por fac-símile, assim como qualquer documento não poderá ser exibido por uma dessas formas, ou em papel de fac-símile, ainda que autenticadas.

8. Das Dotações Orçamentárias

8.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente, suplementada se necessário:

11.01 - Secretaria Municipal Habitação e Assist Social
4490.51.00.00.00 - Obras e Instalações
1010 - Construção, Reforma e melhoria habitacional

9. Do Contrato e Sua Execução

9.1. Encerrada a fase de julgamento, e homologada pela Prefeita Municipal, a administração convocará o vencedor para assinar o

contrato, no prazo de 05 dias contado do recebimento da carta com aviso de recepção comunicando o vencedor, ou por ciência no próprio processo, ou por telegrama ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

9.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 9.1.

9.1.2. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, porém, em qualquer uma dessas hipóteses não haverá prejuízo da aplicação da pena de multa prevista no item 17.

9.2. Compete à licitante contratada a execução dos serviços pertinentes ao cumprimento do objeto contratado, inclusive a limpeza da área após a conclusão dos serviços.

9.3. A Contratada deverá manter livro diário de obra, para fins de controle e lançamentos pertinentes a obra, bem como registro dos dias que restou inviável a execução do serviço.

9.4. O contrato a ser celebrado terá vigência pelo prazo adiante fixado para a entrega das obras, que é de 09 (nove) meses a contar do recebimento do termo de início, podendo ser prorrogado mediante plausível e fundamentada justificativa, bem como poderá sofrer os acréscimos ou supressões no limite definido na Lei 8.666/93;

9.5. À licitante não será permitida subempreitada, obrigando-se a executar as obras atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os interesses, a segurança e o interesse público. Para serviços especializados será admitida nova contratação, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Município de Santa Cecília do Sul.

9.6. A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras e serviços a se realizarem, com prevalência do interesse do órgão ou entidade promotora da licitação;

9.7. A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes justificarem a exclusivo critério do órgão ou entidade promotora da licitação estabelecendo-se desta forma, na programação para efeito de pagamento das medições de obras e serviços.

10. Garantia

10.1. A licitante vencedora, para assinatura do contrato, deverá apresentar garantia, mediante caução em dinheiro, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme estabelece o art. 56, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93;

10.1.1 - A garantia será restituída a Contratada no prazo de até 30 dias após o recebimento definitivo da obra;

10.1.2 - Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída, sendo que o valor caucionado será reajustado pela variação da caderneta de poupança, conforme determina o art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/93.

11. Do Prazo de Início e Conclusão das Obras:

11.1. A empreitada por preço global para a execução da obra acima citada deverá obedecer rigorosamente os prazos e etapas definidos na planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro da obra.

11.2. O prazo e ordem de execução das casas poderá ser alterado pelo Contratante.

11.3 O contratado deve iniciar as obras num prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento da autorização para início das obras, ocasião em que deverá apresentar ART/RRT de execução de responsável técnico da obra e ser comprovada a abertura de matrícula da obra no CEI, referente ao objeto contratado, bem como efetuar o seu respectivo Registro (matrícula) junto ao INSS.

11.4 O prazo de vigência do Contrato será de 09 (nove) meses corridos, a contar do termo de início da obra, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

11.5 O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data da emissão da Ordem de Serviço ou de documento equivalente e será de 09 (nove) meses.

11.6 O atraso injustificado na execução da obra sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato e poderá ensejar, conforme o caso, a sua rescisão.

11.7 Os prazos acima definidos somente poderão ser ultrapassados por motivos justificados, ou razões de ordem administrativa.

11.8 As casas deverão ser executadas obedecendo a seguinte ordem: **01)** Maria Lourdes Pereira (na cidade de Santa Cecília do Sul); **02)** Leonor dos Santos (na Localidade de várzea Bonita); **03)** Lurdes de Fátima Wasmuth Somer (na cidade de Santa Cecília do Sul); **04)** Andreia dos Santos Bardos (na cidade de Santa Cecília do Sul); **05)** Jociane Pegoraro (na Localidade de São Valentim); **06)** Daniel Caroff (na Localidade de Linha Fernandes); **07)** Vergilino Correia Leites (na cidade de Santa Cecília do Sul); **08)** Eliane de Paula Passarim (na Localidade de Linha Fernandes).

11.8.1. As casas serão construídas em locais definidos pelo proprietário e conforme orientação do setor de engenharia.

11.9 Quando da entrega das obras, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 90 (noventa) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

11.10. Após a verificação e conseqüente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

12. Das Medições

12.1. As medições estarão vinculadas ao cronograma físico-financeiro e serão realizadas pelo(a) responsável técnico pelo Setor de Engenharia do Município, sendo que todo e qualquer pagamento deverá ser precedido de parecer técnico do responsável pela fiscalização;

12.2. A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras e serviços a se realizarem, com prevalência do interesse do órgão ou entidade promotora da licitação;

12.3. A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério do órgão ou entidade promotora da licitação estabelecendo-se desta forma, na programação para efeito de pagamento das medições de obras e serviços.

13. Das Condições de Pagamento e de Reajustamento

13.1. O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico financeiro, após Parecer Técnico do Setor de Engenharia.

13.1.1. O prazo para pagamento será de até 10 dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente

atestada, conforme o cronograma físico financeiro, e após Parecer Técnico do Setor de Engenharia.

13.1.2. Juntamente com a Nota Fiscal apresentada, a licitante deverá anexar Cópia do CEI (Cadastro Específico do INSS), para encerramento da obra, sendo que serão retidos 15% (Quinze por cento) do valor total da obra o qual somente será pago mediante a entrega da CND (Certidão Negativa de Débito) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais da obra junto ao INSS, o qual será pago quando da apresentação da CND relativa à conclusão da obra, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da obra.

13.2 O recebimento do objeto licitado, desde que atendidas às condições deste Edital e seus anexos, dar-se-á pelo(a) responsável pela fiscalização da obra, mediante aceitação formal.

A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

13.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a planilha com os serviços executados e respectiva memória de cálculo detalhada.

13.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

13.2.1.2. Para emissão das notas fiscais/faturas deverá seguir as determinações da secretaria responsável pela contratação.

13.2.2. A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega da planilha referida no item 13.2.1, para realizar a respectiva medição dos serviços da etapa indicada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

13.2.2.1. A conclusão da medição definitiva não exime a Contratada de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

13.2.3. Concluída a medição definitiva, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor atestado, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

13.3. Constituem condições para o pagamento da primeira parcela a regularização da obra junto ao CREA-RS, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT equivalente, referente à

obra e a comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

13.3.1. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelece as legislações vigentes do ISSQN e INSS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota fiscal;

13.3.2. Não estando em condições de recebimento, será susgado todo e qualquer pagamento que esteja pendente, e intimada à contratada para regularizar as deficiências apontadas, para só então ser regularizado o pagamento.

13.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

13.4.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as etapas efetivamente executadas.

13.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.6 O termo de aceitação será expedido quando concluída a conferência, do órgão responsável pela fiscalização da obra, quando então iniciará a transcorrer o prazo de garantia fixado, conforme a lei civil.

13.7 Serão pagos somente serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem efetiva execução;

13.8 Não haverá qualquer reajustamento de preços durante a execução e o término da obra.

14. Das Obrigações da Contratante e da Contratada

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico, Memoriais Descritivos, Projeto Descritivo, Orçamentos, Quantitativos, Cronograma Físico Financeiro e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

15. Da Fiscalização

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico e/ou Projeto Executivo.

15.1.1. Para os fins descritos no item acima, será designado mediante Portaria o servidor responsável por fiscalizar a execução do contrato, cujo nome e matrícula deverão ser identificados no instrumento contratual.

15.2. A Contratante, por intermédio do servidor/equipe responsável pela fiscalização, poderá rejeitar serviços que estiverem em desacordo com o contrato, o projeto ou com as normas da ABNT, devendo a Contratada permitir pleno acesso da fiscalização aos locais da obra, além de dispor todos os elementos necessários ao desempenho dessa função.

15.3. A fiscalização terá poderes para sustar o andamento de serviços prestados em desacordo com o estabelecido no contrato, comunicando à autoridade competente, para que sejam adotadas as providências legais cabíveis, em especial a emissão imediata de ordem de paralisação dos serviços.

15.4. Em caso de faltas que possam constituir situações passíveis de penalização, deve a fiscalização informar o fato ao setor competente, instruindo o seu relatório com os documentos necessários à comprovação da irregularidade.

15.5. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.6. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

16. Do Recebimento do Objeto

16.1. O objeto será recebido:

16.1.1. De forma provisória, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante a emissão de termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo máximo de 15

(quinze) dias da comunicação escrita do contratado quanto à finalização da obra/serviço, e observado o disposto no subitem 15.2, infra;

16.1.2. De forma definitiva, por servidor ou comissão designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias.

16.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, relatando eventuais pendências verificadas e o prazo de que dispõe a Contratada para saná-las.

16.4. Em caso de serem apontadas pendências no referido Termo de Recebimento Provisório, a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam todas elas devidamente sanadas.

16.5. Dentro do prazo assinalado no Termo de Recebimento Provisório e após o atendimento das pendências apontadas, a Contratada deve realizar comunicação escrita ao Contratante, solicitando a realização de nova vistoria, a fim de comprovar a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.6. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados somente será lavrado após o atendimento de eventuais exigências da fiscalização quanto às pendências relatadas no Termo de Recebimento Provisório.

16.7. Na hipótese de o Termo de Recebimento Provisório ser lavrado sem a indicação de pendências, transcorrido o prazo de observação, a que se refere o art.73, I, "b", da Lei nº 8.666/93, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

16.8. Se não for lavrado o Termo de Recebimento Definitivo ou realizada a nova vistoria, reputar-se-á como realizado o recebimento da obra, desde que a Contratada tenha comunicado o fato à Administração nos quinze dias anteriores à exaustão dos respectivos prazos.

16.9. Até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, a Contratada fica responsável pela guarda do bem imóvel, equipamentos, objetos, móveis e utensílios, zelando pelo Patrimônio Público do Município, assumindo inteira responsabilidade civil, penal e administrativa, por quaisquer danos e/ou prejuízos que diretamente venha causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

16.10. O Termo de Recebimento Definitivo não isenta a Contratada das responsabilidades cominadas no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

16.11. O Termo de Recebimento será expedido quando concluídas as conferências, a serem efetuadas por quem restar designado para tal fim, quando então iniciará a transcorrer o prazo de garantia, o que é de, no mínimo, 05 (cinco) anos.

17. Das Penalidades

17.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a penalidade de multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

17.2. Em caso de inadimplemento a contratada estará sujeita as penalidades agora discriminadas:

a) Advertência - Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

b) Multa - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

Multa = $\left(\frac{\text{Valor do Contrato}}{\text{Prazo máx. de entrega - em dias}} \right) \times \text{dias de atraso}$

Multa(%) = (resultado da operação acima) x (percentual fixo)

Multa = o resultado será o valor da multa

17.3. Caso a Contratada persista no descumprimento das obrigações assumidas, ou cometa infração grave o descumprimento contratual, a administração aplicará multa correspondente a 10% do valor total adjudicado e rescindir o contrato de pleno direito, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, e mais a sanção, conforme a gravidade do ato, de suspensão do direito de licitar e contratar com o contratante pelo prazo de até 02 anos.

18. Disposições Gerais

18.1. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

18.2. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de outros documentos.

18.3. Não será aceito qualquer documento por e-mail, nem por fac-símile, assim como qualquer documento não poderá ser exibido por uma dessas formas, ou em papel de fac-símile, ainda que autenticado.

18.4. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela Comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

18.5. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, através de comissão técnica de fiscalização, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelos proponentes, neles compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes à licitação, inclusive durante o período contratual.

18.6. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os documentos, os licitantes ou seus representantes credenciados (com apresentação de procuração, na forma prevista anteriormente) e os membros da Comissão de Licitação.

18.7. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será admitido à licitação os participantes retardatários.

18.7.1. Poderá a Comissão Permanente de Licitação, no interesse do Município e em decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes do certame qualquer recurso, determinar a suspensão dos trabalhos face à complexidade na análise dos documentos e/ou propostas apresentadas, ocasião que já deverá designar data e horário para prosseguimento, com intimação dos presentes.

18.8. O Município a qualquer tempo poderá exigir a realização de vistoria, a fim de verificar a situação dos trabalhos e dos materiais, determinando as providências que se fizerem necessárias.

18.9. Deverão obedecer às especificações do item 1, projeto básico e das normas da ABNT, sendo vedada sua modificação ou alteração, cabendo à CONTRATADA, a promoção das correções que se apresentarem necessárias, de acordo com as determinações do órgão técnico do

Município, que somente aceitará a obra mediante a expedição do termo de recebimento definitivo.

18.10. Os casos omissos, bem como, as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes à licitação.

18.11. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

18.12. A empresa vencedora obriga-se a refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas, com reposição por sua conta exclusiva dos materiais necessários.

18.13. A **Contratada** assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços, bem como a terceiros, e ainda as seguintes obrigações:

I. Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite as leis sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's de segurança;

II. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou de bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

III. Fornecer e afixar em local de fácil visibilidade, durante a execução da obra, placa conforme modelo disponibilizado pelo município, no prazo de até 15 dias após a assinatura do contrato.

18.14. Os serviços de fornecimento eventualmente sub-contratados pela licitante vencedora, ficam de inteira responsabilidade desta.

18.15. Constituem-se anexos deste edital:

Anexo I - Modelo de Proposta;

Anexo II - Declaração de Cumprimento ao Art. 7º Da Constituição Federal;

Anexo III - Declaração que não Possui Servidor Público da Ativa, ou Empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista;

Anexo IV - Declaração de Idoneidade;

Anexo V - Declaração De Responsabilidade;

Anexo VI - Declaração de Conhecimento;

Anexo VII - Modelo de Atestado de Vistoria;
Anexo VIII - Declaração de Enquadramento ME ou EPP;
Anexo IX - Declaração De Responsabilidade Técnica;
Anexo X - Declaração de Desistência de Prazo Recursal;
Anexo XI - Minuta de Contrato;
Anexo XII - Memorial Descritivo;
Anexo XIII - Orçamento;
Anexo XIV - **Composições**;
Anexo XV - Cronograma Físico-Financeiro;
Anexo XVI - Sit/Loc. Maria Lurdes Pereira;
Anexo XVII - Sit/Loc. Leonor Santos;
Anexo XVIII - Sit/Loc. Lurdes de Fátima Wasmuth Somme;
Anexo XIX - Sit/Loc. Andreia dos Santos Bardos;
Anexo XX - Sit/Loc. Jociane Pegoraro;
Anexo XXI - Sit/Loc. Daniel Caroff;
Anexo XXII - Sit/Loc. Vergilino Correa Leite;
Anexo XXIII - Sit/Loc. Eliane de Paula Passarin;
Anexo XXIV - Planta baixa;
Anexo XXV - Cortes E Fachada
Anexo XXVI - Projeto Instalações Elétricas;
Anexo XXVII - Projeto Instalações Hidrossanitárias;
Anexo XXVIII - Parecer ambiental Maria Lourdes Pereira;
Anexo XXIX - Parecer ambiental Leonor dos Santos;
Anexo XXX - Parecer ambiental Lurdes de Fátima Wasmuth Somer;
Anexo XXXI - Parecer ambiental Andreia dos Santos Bardos;
Anexo XXXII - Parecer ambiental Jociane Pegoraro;
Anexo XXXIII - Parecer ambiental Daniel Caroff;
Anexo XXXIV - Parecer ambiental Vergilino Correia Leites;
Anexo XXXV - Parecer ambiental Eliane de Paula Passarim.

18.16. Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário das 07h00min às 13h00min, junto à Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul, situada na Rua Porto Alegre, 591, ou pelo telefone 54 3616-4070.

18.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara/RS para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Edital.

Santa Cecília do Sul - RS, 18 de junho de 2020.

Jusene Consoladora Peruzzo
Prefeita Municipal

Anexo I

Tomada de Preço Nº 06/2020

Proposta

Dados da Empresa

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			Nº
Bairro:		Cidade:	CEP:
Telefone:		E-mail:	

Dados do Administrador

Sócio Administrador:			
CPF:		RG:	Endereço:
Bairro:		Cidade:	CEP:
Telefone:		E-mail:	

Item	Código	Descrição	Quant.	Unid.	Custo Unitário/Total Com BDI		Total
					Material	Mão de obra	
1. SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.	99059	1.1 LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES	27,00	m			
	96527	1.2 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA	2,65	m³			
	96995	1.3 REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE.	13,65	m³			
Total de SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$
2. INFRAESTRUTURA E SUPRAESTRUTURA							
2.	73361	2.1 CONCRETO CICLOPICO FCK=10MPA 30% PEDRA DE MAO INCLUSIVE LANCAMENTO	2,65	m³			
	95956	2.2 EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (VIGA BALDRAME)	1,35	m³			
	98557	2.3 IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	19,85	m²			
	95956	2.4 EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (PILARES)	0,25	m³			
	95956	2.5 EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CINTA DE AMARRAÇÃO)	0,75	m³			
Total de INFRAESTRUTURA E SUPRAESTRUTURA							R\$

3. ALVENARIA E FECHAMENTO						
3.	87489	3.1 ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	83,50	m²		
	72131	3.2 ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1 VEZ (ESPESSURA 20CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	10,00	m²		
	96111	3.3 FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO (PARA DIVISÓRIAS)	29,20	m²		
	93188	3.4 VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO	8,70	m		
	93194	3.5 CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO	10,90	m		
Total de ALVENARIA E FECHAMENTO						R\$
4. REVESTIMENTOS						
4.	87879	4.1 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L.	166,50	m²		
	87535	4.2 EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	166,50	m²		
	87547	4.3 MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	149,90	m²		
	87269	4.4 REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES	16,60	m²		
Total de REVESTIMENTOS						R\$
5. PAVIMENTAÇÃO						
5.	96624	5.1 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE *10 CM*	4,05	m³		
	21141	5.2 TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-92, (1,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 60 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	40,50	m²		
	87622	5.3 CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM.	40,50	m²		
	87247	5.4 REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2	40,50	m²		

	88648	5.5 RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35CM	28,20	m			
Total de PAVIMENTAÇÃO							R\$
6. COBERTURA							
6.	composição A2	6.1 FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO	6,00	UNID.			
	92544	6.2 TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	63,15	m²			
	94207	6.3 TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO	63,15	m²			
	94223	6.4 CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO	7,70	m			
	96111	6.5 FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	40,50	m²			
	84093	6.6 TABUA DE MADEIRA APARELHADA *2,5 X 15* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO, PARA TABELA	4,80	m²			
Total de COBERTURA							R\$
7. ESQUADRIAS							
7.	94806	7.1 PORTA EM AÇO DE ABRIR PARA VIDRO SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS	2,00	unid.			
	90822	7.2 PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS	2,00	unid.			
	195	7.3 BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *3* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *210* CM, EM CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ EUCALIPTO/ CURUPIXA/ PEROBA/ CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO	4,00	unid.			
	90820	7.4 PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS	1,00	unid.			
	94559	7.5 JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO	8,30	m²			
	94560	7.6 JANELA DE AÇO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDRO, COM VIDROS, BATENTE, FERRAGENS E PINTURAS ANTICORROSIVA E DE ACABAMENTO. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO	0,36	m²			
Total de ESQUADRIAS							R\$
8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
8.	97593	8.1 LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR	6,00	unid.			

	97605	8.2 LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LUA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR	2,00	unid.			
	93128	8.3 PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	3,00	unid.			
	93137	8.4 PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	2,00	unid.			
	93138	8.5 PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR PARALELO, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	2,00	unid.			
	74131/1	8.6 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 3 DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS MONOPOLARES SEM BARRAMENTO	1,00	unid.			
	91926	8.7 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	220,00	m			
	91928	8.8 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	52,00	m			
	91930	8.9 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	30,00	m			
	91932	8.10 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	15,00	m			
	91846	8.11 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS	80,00	m			
	74130/1	8.12 DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V	4,00	unid.			
	91996	8.13 TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	6,00	unid.			
	92000	8.14 TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	7,00	unid.			
	91993	8.15 TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, PARA CHUVEIRO	1,00	unid.			
	96985	8.16 HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	unid.			
	COMPOSIÇÃO A1	8.17 ENTRADA DE ENERGIA COMPLETA AÉREA, 50A, COM POSTE PARTICULAR COMPLETO DE CONCRETO COM CAIXA DE PROTEÇÃO	1,00	unid.			
Total de INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							R\$
9. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							
9.	89356	9.1 TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA	25,00	m			
	89349	9.2 REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	1,00	m			

89707	9.3 CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	1,00	unid.			
89714	9.4 TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	11,00	m			
89713	9.5 TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	9,50	m			
89712	9.6 TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	5,70	m			
89711	9.7 TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	4,75	m			
74166/1	9.8 CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM	1,00	unid.			
35277	9.9 CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM, DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA	1,00	unid.			
39361	9.10 FOSSA SEPTICA E FILTRO, PARA 4 A 7 CONTRIBUINTES, CILINDRICA, COM TAMPA, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), CAPACIDADE APROXIMADA DE 1100 LITROS (02 RECIPIENTES SEPARADOS)	1,00	unid.			
3777+4730	9.11 SUMIDOURO (ABERTURA A CARGO DA PREFEITURA) PEDRAS E LONA A CARGO DA EMPRESA	1,00	unid.			
Total de INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						R\$
10. LOUÇAS E ACESSÓRIOS						
10.	95469	10.1 VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA	1,00	unid.		
	1030	10.2 CAIXA DE DESCARGA DE PLASTICO EXTERNA, DE *9* L, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	1,00	unid.		
	377	10.3 ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	1,00	unid.		
	6140	10.4 BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL PARA VASO SANITARIO 1.1/2 " (40 MM)	1,00	unid.		
	6141	10.5 ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	1,00	unid.		
	1031	10.6 TUBO DE DESCIDA EXTERNO DE PVC PARA CAIXA DE DESCARGA EXTERNA ALTA - 40 MM X 1,60 M	1,00	unid.		
	86902	10.7 LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR	1,00	unid.		
	6141	10.8 ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM'	1,00	unid.		

	11831	10.9 TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2 " OU 3/4 " COM BICO PARA MANGUEIRA	1,00	unid.			
	20262	10.10 PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	1,00	unid.			
	100860	10.11 CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA	1,00	unid.			
Total de LOUÇAS E ACESSÓRIOS							R\$
11. PINTURA EXTERNA							
11.	88415	11.1 APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASA	67,80	m²			
	95626	11.2 APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS	67,80	m²			
	73739/1	11.3 PINTURA ESMALTE ACETINADO EM AÇO, DUAS DEMAOS (PARA ESQUADRIAS)	12,10	m²			
Total de PINTURA EXTERNA							R\$
12. LIMPEZA							
12.	99803	12.1 LIMPEZA FINAL DA OBRA	45,50	m²			
Total de LIMPEZA							R\$

BDI Utilizado (%)	
Taxa de Encargos Sociais Utilizada (%)	

Por unidade (casa):

Total de Materiais	R\$
Total de Mão de obra	R\$
Total de Materiais e Mão de obra	R\$

Para todas as 08 (oito) unidades (casas):

Total de Materiais para 08 casas	R\$
Total de Mão de obra para 08 casas	R\$
Total de Materiais e Mão de obra para 08 casas	R\$

Valor Total: R\$ (A cotação de preços deve ser apresentada com cotação de preço unitário e total, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso.)

Declara, sob as penas da lei:

a) Declaro que nesta proposta estão inclusos, ficando sob minha responsabilidade, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, serviços de entrega, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários, ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Prazo de Entrega: De acordo com as exigências constantes do edital (09 meses).

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

_____, _____ de _____ de 2020.

[Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante]
[Nome, RG, CPF, cargo]

[Assinatura e identificação do Profissional]
[Nome, Profissão, CREA/CAU]

Anexo II
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração de Cumprimento ao Art. 7° Da Constituição Federal

_____ (Razão Social), inscrita no CNPJ sob o n° (MATRIZ) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade - RG n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal n° 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7°, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

E, por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Anexo III
Tomada de Preço N° 06/2020

**Declaração que não Possui em Servidor Público da Ativa, ou
Empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista**

_____, inscrita no CNPJ n°
_____, por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr(a). _____,
portador (a) da Carteira de Identidade n° _____
e do CPF n° _____, DECLARA:

a) que sua empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável legal
Nome Completo
CPF:
Carimbo CNPJ da Empresa

Anexo IV
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração de Idoneidade

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ n° **(número)**, sediada na Rua _____, n° _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu Diretor ou Representante Legal, **(Nome/RG)**, declara, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ 2020.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo V
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração De Responsabilidade

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório **(inserir modalidade e número)**, instaurado pelo Município de Santa Cecília do Sul/RS, que:

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

(assinatura do representante legal da empresa)
(Carimbo do CNPJ)

Anexo VI
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração de Conhecimento

Através do presente, a empresa _____,
CNPJ n° _____, com sede na _____ n°
_____, neste ato representada por seu representante
legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as penas da
Lei, que tem pleno conhecimento do local onde os serviços serão
executado, das condições para execução dos serviços, inclusive
quanto suas dimensões físicas e riscos, não podendo alegar qualquer
desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua
proposta ou do perfeito cumprimento do contrato, bem assim, declara
que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, de todos
os meios necessários à execução do serviço ora contratado na
conformidade do Anexo I - Memorial Descritivo.

_____, _____ de _____ de 2020.

(representante legal / procurador)

Anexo VII
Tomada de Preço N° 06/2020

Modelo de Atestado de Vistoria

Atestamos, para os devidos fins, nos termos da Tomada de Preço n° 06/2020, que a Empresa, localizada na Rua..... na cidade de, inscrita no CNPJ sob n°..... procedeu na vistoria dos locais onde serão executada a obra, objeto da licitação acima identificada, em ___ de ___ de 2018.

Nessa visita à empresa, por meio de seu representante técnico, o (a) Sr. (a) registrado no CREA/CAU sob n°..... tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante técnico da empresa licitante

Assinatura do representante técnico da Prefeitura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope n° 01 - Documentação)

Anexo VIII

Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração de Enquadramento ME ou EPP

A empresa _____ inscrita no CNPJ n° _____ estabelecida na _____, declara, para os fins do disposto na Lei Complementar n° 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - **Microempresa**, conforme inciso I do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

() - **Empresa de Pequeno Porte**, conforme inciso II do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2020.

(Contador)

CRC:

(Carimbo)

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope n° 01 - Habilitação)

Anexo IX
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração De Responsabilidade Técnica

_____ (nome completo),
portador da carteira de identidade profissional n°. _____,
emitido pelo _____, domiciliado _____,
com telefone para contato n° _____,
responsável técnico pela empresa _____
estabelecida na cidade de _____
no endereço _____, declara, sob
as penas da legislação civil e criminal vigentes,
responsabilizando-se em fazer cumprir todos os procedimentos pelos
serviços prestados, em conformidade com todas as condições e
exigências estabelecidas no Memorial Descritivos, Planilhas,
Projetos, Edital e seus Anexos.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável legal

Responsável Técnico
CREA/CAU

(Este anexo deverá ser apresentado no envelope n° 01 -
documentação)

Anexo X
Tomada de Preço N° 06/2020

Declaração de Desistência de Prazo Recursal

A empresa _____
estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e
ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art. 109,
inciso I, alínea "A" da lei federal 8.666/93), se considerada
devidamente Habilitada, vem por meio de seu representante legal,
recusá-lo para fins de procedimento licitatório.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura e Carimbo

*(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 -
Documentação)*

Anexo XI
Tomada de Preço N° 06/2020

Minuta do Contrato Administrativo

Contrato n° ___/2020
Tomada de Preço n° 06/2020
Processo Licitatório n° 31/2020

Contratação de empresa especializada para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra) referente a construção de 08 (oito) casas populares.

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n° 04.215.090/0001-99, com sede física na Rua Porto Alegre, n° 591, na cidade de Santa Cecília do Sul-RS, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, Sra. **Jusene Consoladora Peruzzo**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Localidade de Santo Antônio, interior do Município de Santa Cecília do Sul-RS, portadora do CPF n° 908.182.100-87, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, à empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede na _____, n° __, cidade de _____, CEP _____, neste ato representada pelo (cargo/função), Sr.(a) _____, inscrito no CPF n° _____, doravante denominado de **CONTRATADA**, obedecendo às disposições contidas na Lei Federal n° 8.666/93 e alterações, mais as normas estabelecidas no edital da **Tomada de Preço n° 06/2020**, contratam o seguinte:

1. Cláusula Primeira - Do Objeto: A **Contratada** fornecerá à **Contratante**, nos termos previstos nos anexos da Tomada de Preço acima referida, os serviços necessários para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra) referente a construção de 08 (oito) casas populares, em locais distintos do Município e suas Localidades (interior).

Parágrafo Primeiro - Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Memorial Descritivo, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e especificações técnicas deste Edital.

Parágrafo Segundo - É de responsabilidade da licitante vencedora efetuar a matrícula da obra junto ao INSS e apresentar a **Anotação**

de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), referente à execução da mesma.

2. Cláusula Segunda - Do Valor Contratual: Pela realização da obra identificada na cláusula primeira, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor de R\$ _____ a título de materiais e R\$ _____ a título de serviços, **totalizando R\$ _____**, a preço fixo e sem direito a reajuste dos preços unitários, daqui por diante denominado "**VALOR CONTRATUAL**".

Parágrafo Único - Sobre os pagamentos efetuados serão procedidos nos devidos descontos legais observando a legislação vigente.

3. Clausula Terceira - Do Prazo e Vigência: As obras acima referidas deverão ser concluídas no prazo de 09 (nove) meses após o recebimento do termo de início, podendo ser descontados os dias de chuva e os dias subsequentes, desde que certificada pela fiscalização da obra a inviabilidade de execução dos serviços, conforme anotações no Diário de Obras, sendo que o início destas fica condicionado a apresentação da ART/RRT de execução de responsável técnico da obra, vinculada a do projeto, bem como efetuar o seu respectivo Registro (matrícula) da obra junto ao INSS.

Parágrafo Primeiro - A vigência deste contrato se iniciará na data de assinatura e se encerrará 09 (nove) meses após a entrega da Termo de Início dos Serviços.

Parágrafo Segundo - O prazo e cronograma de execução das casas poderá ser modificado pela contratante.

4. Cláusula Quarta - Da Sequência de Execução e Fiscalização: São 08 (oito) casas no total, cada uma tem um cronograma de execução de 03 (três) meses. Deverão ser executadas 03 (três) casas simultaneamente nos primeiros 03 (três) meses, nos 03 (três) meses seguintes serão executadas mais 03 (três) casas, restando 02 (duas) unidades para serem executadas no sétimo, oitavo e nono mês.

Parágrafo Primeiro - A construção das unidades previstas para o segundo período só deverá ser iniciada após a conclusão das unidades habitacionais previstas para o primeiro período, observando que cada unidade possui um cronograma de 03 (três) meses.

Parágrafo Segundo - Esse formato de execução só poderá ser modificado com a anuência do Município, através do Setor de Engenharia e com aprovação superior.

Parágrafo Terceiro - As casas deverão ser executadas obedecendo a seguinte ordem: **01)** Maria Lourdes Pereira (na cidade de Santa Cecília do Sul); **02)** Leonor dos Santos (na Localidade de várzea Bonita); **03)** Lurdes de Fátima Wasmuth Somer (na cidade de Santa Cecília do Sul); **04)** Andreia dos Santos Bardos (na cidade de Santa Cecília do Sul); **05)** Jociane Pegoraro (na Localidade de São Valentim); **06)** Daniel Caroff (na Localidade de Linha Fernandes); **07)** Vergilino Correia Leites (na cidade de Santa Cecília do Sul); **08)** Eliane de Paula Passarim (na Localidade de Linha Fernandes).

Parágrafo Quarto - Quando da entrega da obra, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 90 (noventa) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

Parágrafo Quinto - Após a verificação e consequente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

Parágrafo Sexto - Sempre que for constatada qualquer irregularidade na execução da obra, a **Contratada** será intimada para regularizar as deficiências apontadas, para só então, serem exigidos os pagamentos.

Parágrafo Sétimo - Em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos, a **Contratada** deverá justificar as causas do não cumprimento, e corrigir no prazo de até dez dias.

Parágrafo Oitavo - O prazo de garantia da obra começará a correr a partir da data de expedição do termo de aceitação da obra.

5. Cláusula Quinta - do Pagamento: O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico-financeiro, sempre mediante parecer prévio do Setor de Engenharia.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento será de até 10 dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, conforme o cronograma físico-financeiro, após a aprovação do responsável Técnico.

Parágrafo Segundo - Por ocasião do pagamento será retido o valor correspondente a 15% (Quinze por cento) do valor contratado, o qual será pago quando da apresentação da CND relativa à conclusão da obra, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelece as legislações vigentes do ISSQN e INSS quanto aos procedimentos de

retenção, recolhimento e fiscalização, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota fiscal.

Parágrafo Quarto - No caso de a execução dos serviços não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste edital e no contrato, o Município poderá reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas.

Parágrafo Quinto - Serão pagos somente serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem efetiva execução.

Parágrafo Sexto - Não haverá qualquer reajustamento de preços durante a execução e o término da obra.

6. Cláusula Sexta - Das Obrigações e Penalidades: Sem prejuízo de plena responsabilidade da **Contratada**, todo o serviço será fiscalizado pelo Município, constantemente, aplicando o instrumental necessário à verificação da qualidade e quantidade dos serviços e materiais, não podendo a **Contratante** se negar a tal fiscalização, sob pena de incorrer em causa de rescisão de contrato.

Parágrafo Primeiro - Todas as despesas decorrentes e contratação dos serviços, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, bem como os relativos aos empregados da empresa **Contratada**, ficarão a cargo desta, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como qualquer dano ou prejuízo, porventura causados à terceiros e ao Município. No preço proposto está incluso todas as despesas de transporte, pois o produto se considera como posto na obra, inclusive carga e descarga.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** que não satisfizer os compromissos assumidos, será aplicado às seguintes penalidades:

I - Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

II - Multa: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

Multa = $\frac{\text{Valor do Contrato}}{\text{Prazo máx. de entrega - em dias}}$ x dias de atraso

Multa(%) = (resultado da operação acima) x (percentual fixo)

Multa = o resultado será o valor da multa

III - Caso a **Contratada** persista no descumprimento das obrigações assumidas, ou, seja considerada como infração grave o descumprimento contratual, a administração aplicará multa correspondente a 10% do valor total adjudicado e rescindirá o contrato de pleno direito, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais;

IV - Em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, e inclusive de suspensão do direito de licitar e contratar com o **Contratante** pelo prazo de até 02 anos, cumulativamente a sanção prevista no inciso III;

V - Rescisão do contrato pelos motivos consignados no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações, no que couber, mais multa de 10% do valor do contrato.

Parágrafo Terceiro - A administração poderá sustar, liminarmente, a execução dos serviços, se constatar desconformidade na execução ou na qualidade dos materiais.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de aplicação de multa fica assegurado ao **Município** o direito de optar pela dedução correspondente sobre qualquer pagamento a ser efetuado a **Contratada**.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

7. Cláusula Sétima - Da Continuidade dos Serviços: A **Contratada** assume a responsabilidade de manter regularmente os serviços, a fim de que não sejam interrompidos os mesmos, sob pena de pagar 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato ao **Contratante**.

8. Cláusula Oitava - De Eventuais Danos: É de inteira responsabilidade da **Contratada** a cobertura por eventuais danos decorrentes de furto ou roubo, caso fortuito ou força maior, atos dolosos ou culposos ocorridos por ato de seus funcionários ou terceiros por ela contratada.

9. Cláusula Nona - Da Dotação: As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

11.01 - Secretaria Municipal Habitação e Assist Social
4490.51.00.00.00 - Obras e Instalações
1010 Construção, Reforma e melhoria habitacional

10. Cláusula Décima - Da Habilitação e Qualificação: A Contratada assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. Cláusula Décima primeira - Do direito a Rescisão: A Contratada reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

12. Cláusula Décima Segunda - A Contratada deverá manter livro diário, para as anotações das principais ocorrências, inclusive no tocante as correções e encaminhamento dado pelo engenheiro responsável da empresa e pelo setor de fiscalização desta municipalidade. O livro diário será considerado para fins de eventuais prorrogações, em decorrência da interrupção dos serviços por dias chuvosos.

13. Cláusula Décima Terceira - Do Início das Obras: O início da prestação de serviço e materiais se dará a partir da data da emissão da Ordem de Serviço ou de documento equivalente (termo de início).

14. Cláusula Décima Quarta - Da Rescisão: Constituem motivo para rescisão do contrato, as previstas no art. 78, 79 e 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

15. Cláusula Décima Quinta - Da Proposta: A Contratada fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora, bem como aos termos do edital.

16. Cláusula Décima Sexta - Do Vínculo Editalício: O presente contrato, juntamente com os termos do edital, forma um instrumento único e indivisível, e aqui se tem como reproduzidas todas as disposições lá constantes e obrigam igualmente os aqui contratantes.

17. Cláusula Décima Sétima - Do Responsável Técnico pela Execução:

Ficará como responsável técnico pela execução desta obra o Engenheiro(a)/Arquiteto(a) _____, e o Engenheiro(a)/Arquiteto(a) _____ será o responsável técnico pela fiscalização, ou o responsável técnico pelo setor de Engenharia, por parte do município, tanto quanto a qualidade e quantidade dos serviços e materiais, como pela segurança e solidez da obra.

18. Cláusula Décima Oitava - Dos Responsáveis pela Fiscalização:

A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado pela Portaria _____, os servidores responsáveis _____, nos termos do art. 67 e seus parágrafos da Lei Federal n. 8.666/93, a execução do presente contrato, emitindo pareceres e procedendo a fiscalização da execução da mesma, além de anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo desta a emissão do documento formal de recebimento definitivo da mesma.

19. Cláusula Décima Nona - Da Garantia: A licitante vencedora, para assinatura do contrato, apresentou a seguinte garantia _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Primeiro - A garantia será restituída a contratada no prazo de até 30 dias após o recebimento definitivo da obra;

Parágrafo segundo - Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída, sendo que o valor caucionado será reajustado pela variação da caderneta de poupança, conforme determina o art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/93.

20. Cláusula Vigésima - Da Fiscalização: O Setor de Engenharia do município acompanhará, nos termos do art. 67 e seus parágrafos da Lei Federal n. 8.666/93, a execução do presente contrato, emitindo pareceres e procedendo a fiscalização da execução da mesma, além de anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo desta a emissão do documento formal de recebimento definitivo da mesma.

21. Cláusula Vigésima Primeira - Da Lei que rege: Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei Federal nº 8666/93.

22. Cláusula Vigésima Segunda - Do Foro: O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS.

Assim, depois de lido na presença do **Contratante** e **Contratada**, assinaram o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.

Santa Cecília do Sul, ____ de _____ de 2020.

Contratante

Contratada

Testemunhas: _____

Anexo XII

Tomada de Preço N° 06/2020

Memorial Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR PADRÃO POPULAR
LOCAL: SANTA CECÍLIA DO SUL/RS
ÁREA TOTAL: 45,50 m²
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL

Caberá a Empreiteira um exame detalhado do local da obra, verificando todas as dificuldades dos serviços e tudo o que se fizer necessário para execução dos serviços iniciais até a entrega final da obra. Deverá fornecer todo o material, mão de obra, leis sociais e trabalhistas, ferramental, maquinaria e aparelhamentos adequados a mais perfeita execução dos serviços.

1.0 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1- Objetivos: Este memorial, contém as especificações de materiais e técnicas construtivas a serem empregadas.

1.2- Modificações: Nenhuma alteração poderá ser feita sem autorização por escrito do Responsável Técnico, se isto ocorrer o mesmo não se responsabilizará.

Quaisquer dúvida quanto aos projetos e ou memorial, deverão ser esclarecidas junto ao responsável técnico.

2.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1- Deverão ser providenciadas as instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, mão-de-obra, maquinaria e ferramentas necessárias à execução dos serviços provisórios tais como: barracão; andaimes, tapumes, instalações de sanitários, de luz e telefone, de água, etc.

2.4- O terreno deverá ser limpo e ter removida a camada vegetal superficial, inclusive o solo orgânico, retirando todo e qualquer tipo de entulho não apropriado.

2.5- O terreno deverá atender aos níveis determinados no projeto.

2.6- Deverão ser executadas as redes provisórias de energia elétrica e água potável.

2.7- Locação da obra: Deverá ser providenciado o alinhamento e a locação da obra a ser construída, obedecendo rigorosamente aos recuos projetados. A locação deverá ser feita pelo processo de tábuas corridas pontaleadas, sendo definidos claramente os eixos de referência.

3.0- FUNDAÇÕES E INFRAESTRUTURA

3.1- A fundação será do tipo sapata corrida, sob alvenarias e será obrigatória a execução de concreto ciclópico. Será obrigatória também a execução da viga de fundação com dimensões 20x20cm com 4 barras de 10mm sob todas as paredes de alvenaria, e estribados com barra de 5mm cada 15cm.

3.2- A sapata corrida terá a profundidade da vala, conforme tipo de solo, também deverá ser compactado o fundo da vala antes da colocação do ciclópico. O concreto ciclópico

terá dimensões de 40x20cm em toda extensão da sapata. Será utilizado um percentual de 30% do volume de pedra de mão.

3.3- No aterro do baldrame será utilizado o solo do local. O material a ser utilizado deverá estar isento de matéria orgânica.

3.4- A compactação deverá ser executada em camadas sucessivas com espessura máxima de 20 cm e com a umidade recomendada.

3.5- Será feita impermeabilização na superfície superior e laterais da viga de fundação.

A impermeabilização será feita com hidroasfalto quente com espessura mínima de 2cm. Também será impermeabilizado o box do banheiro.

4.0 SUPRA-ESTRUTURA:

Deverão ser executados pilares nas dimensões **15x15cm nos quatro cantos da edificação, utilizando 4 barras de ferro 10mm estribados com ferro 5mm a cada 15cm.**

Nas vigas de amarração, o concreto será composto de cimento, areia e brita nº 2 no traço 1:3:3 e $F_{ck}=20\text{Mpa}$.

Deverá ser executada vigas de cintamento em todas as paredes de alvenaria, com **dimensões de 15x15cm com 4 barras de 10mm e estribados com barra de 5mm cada 15cm.** Nos pontos de apoio das tesouras deverão ser deixadas 02 esperas de aço na bitola dos estribos, concretadas na viga, para amarração do telhado.

Em todo o piso será colocada **malha 15x15 com barra de aço 4,2mm.**

Antes de cada concretagem a obra deverá ter a vistoria da responsável técnica, nenhuma modificação poderá ser feita sem a autorização por escrito do responsável técnico pelo projeto, sendo que se isso ocorrer o mesmo não se responsabilizará.

5.0 ALVENARIA

5.1- Os tijolos de barro maciços e furados obedecerão às Normas da ABNT – NBR 6461, NBR 7171 e NBR 8042 – e a EB-20, a execução das alvenarias à norma NBR 8545. A cal hidratada para argamassa deve atender ao disposto na norma NBR 7175. As areias à norma NBR 7200

5.2- As alvenarias de elevação serão executadas com tijolos maciços em torno de 30 cm ou mais conforme o nivelamento. A argamassa de assentamento será preparada com cimento, cal e areia no traço 1:2:8, as juntas serão de aproximadamente 1,5 cm. Posteriormente deverá ser revestida externamente.

5.3- Todas as paredes internas e externas serão assentadas em 1/2 vez (em pé), executados com tijolos de barro cozido, de 6 furos, de boa qualidade, bem cozidos, leves, duros, sonoros, com ranhuras nas faces e quebra máxima de 3% (três por cento), coloração uniforme, sem manchas nem empenamentos, com taxa de absorção de umidade máxima de 20% e taxa de compressão de 14 kg/cm^2 , que atendam à EB20, as paredes devem ter espessura de acordo conforme o projeto.

5.4- A alvenaria deverá ser assentada com argamassa mista no traço de 1: 2: 8 (cal hidratada e areia), revolvida em betoneira até obter-se mistura homogênea. A espessura desta argamassa não poderá ultrapassar 15 mm, e as espessuras das alvenarias deverão ser aquelas constantes no projeto arquitetônico.

5.5- As superfícies de concreto que tiveram contato com alvenaria levarão previamente chapisco de cimento e areia grossa no traço 1:3, e os tijolos deverão ser bem molhados antes da sua colocação.

5.6- O assentamento dos tijolos será executado com juntas de amarração e as fiadas deverão ser perfeitamente alinhadas e aprumadas. As juntas terão 15 mm de espessura máxima, alisadas com ponta de colher.

5.7- As alvenarias apoiadas em embasamento e vigas baldrame serão executadas, no mínimo, 24 horas após a impermeabilização desses elementos. Nesses serviços de impermeabilização deverão ser tomados todos os cuidados para garantir que a alvenaria fique estanque e, conseqüentemente, evitar o aparecimento de umidade ascendente.

6.0 PAREDES INTERNAS

6.1- As paredes divisórias internas serão em PVC dupladas, com régua de PVC frizado, conforme local indicado em projeto. Estas deverão ser executadas com material de boa qualidade, sem defeitos ou falhas e fixadas de forma que fiquem resistentes.

7.0 FECHAMENTO

7.1. Serão executadas vergas nos vãos de portas e janelas, e também contravergas nos vãos das janelas, em concreto armado com Fck = 15 MPa, de altura compatível com o vão (mínimo 10cm) e ferragem mínima de 4 barras de ferro com diâmetro de 8 mm. Deverão ultrapassar em, pelo menos, 20 cm de cada lado do vão.

8.0 PINTURA EXTERNA

8.1- Os serviços serão executados por profissionais de comprovada competência.

8.2- Todas as superfícies a serem pintadas deverão estar firmes, lisas, isentas de mofo e principalmente secas, com o tempo de "cura" do reboco novo em cerca de 30 dias, conforme a umidade relativa do ar.

8.3- Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca.

8.4- Os trabalhos de pintura serão terminantemente suspensos em tempos de chuva.

8.5- Deverão ser evitados escorrimientos ou salpicos de tinta nas superfícies não destinadas à pintura (vidros, pisos, aparelhos, etc.). Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos quando a tinta estiver seca, empregando-se removedor adequado.

8.6- Se as cores não estiverem claramente definidas no projeto, cabe a Empreiteira consultar à Fiscalização do contratante, para obter sua anuência e aprovação.

8.9- Toda a superfície pintada deve apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho (fosco, semifosco ou brilhante).

8.10- Só serão utilizadas tintas de primeira linha de fabricação. As tintas deverão ser entregues na obra em embalagem original de fábrica, intactas.

8.11- A pintura será realizada na parte externa da obra, nas alvenarias externas e, inclusive as esquadrias externas. Não será realizada pintura interna.

8.12- As paredes externas serão pintadas com tinta acrílica, de boa qualidade, com duas demãos, sobre selador acrílico, também da mesma marca da tinta que for aplicada.

8.13- Todas as esquadrias em ferro serão pintadas com tinta esmalte sintético a base de água sem cheiro, em duas demãos, cor e tonalidade a ser definida pela Fiscalização do contratante, caso estas não estejam previstas no projeto arquitetônico.

9.0 REVESTIMENTOS

9.1- Antes de iniciar os trabalhos de revestimento, deverá a Empreiteira adotar providências para que todas as superfícies a revestir estejam firmes, retilíneas, niveladas e apuradas. Qualquer correção nesse sentido será feita antes da aplicação do revestimento,

como também fornecer e aplicá-lo em todas as superfícies onde especificado e (ou) indicado nos desenhos do Projeto Arquitetônico.

9.2- Os revestimentos em geral serão sempre executados por profissionais com perícia reconhecidamente comprovada e deverão apresentar paramentos perfeitamente desempenados, apurados, alinhados e nivelados, as arestas vivas e os planos de concordância perfeitamente delineados.

9.3- A preparação da mistura de argamassa para revestimento será sempre executada com particular cuidado, especialmente quanto às superfícies das paredes que deverão estar bem limpas, mediante emprego de vassoura de cerda, e abundantemente molhadas, antes do início dos trabalhos.

9.4- Todas as instalações hidráulicas e elétricas deverão ser executadas antes da aplicação do chapisco e da argamassa de areia fina desempenada, evitando-se dessa forma retoques nos revestimentos recém concluídos.

9.5- Na finalização de todos os serviços de revestimento, remover-se-á toda a sujeira deixada por eles, tanto no chão, nos vidros como em outros locais da intervenção.

9.6- Chapisco: Após instalação de todas as tubulações previstas no projeto, bem como a limpeza das superfícies das paredes de alvenaria, as paredes deverão ser chapiscadas antes da execução do emboço, deverá ser adotada para o chapisco argamassa de cimento e areia traço 1:3, o chapisco deverá ser aplicado diretamente nas alvenarias umedecidas, de maneira que cubra toda superfície do tijolo.

9.7- Emboço : A aplicação da argamassa de revestimento será iniciada após a completa pega entre a alvenaria e o chapisco. O emboço (massa grossa) será preparado em betoneira, executado com argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8 e terá uma espessura média de aplicação de 2,0 cm. Sobre o emboço será aplicado posteriormente o reboco (massa fina).

9.8- Reboco: A composição da argamassa para reboco será constituída por areia fina (peneirada), cal hidratada e cimento, no traço 1:4:5, com acabamento final executado com desempenadeira revestida com feltro.

9.9- Serão preparadas quantidades de argamassa na medida das necessidades dos serviços a serem executados em cada etapa, de maneira a ser evitado o início do endurecimento antes de seu emprego.

9.10- A espessura máxima tanto do emboço como do reboco, contada a partir do tijolo chapiscado, será de 20 mm, tanto para as paredes internas como para as externas. O seu acabamento deverá ser desempenado com régua de alumínio e com desempenadeira.

9.11- Qualquer um destes revestimentos deverá apresentar aspectos uniformes, com parâmetro perfeitamente plano, não sendo tolerada qualquer ondulação ou desigualdade de alinhamento da superfície revestida.

9.12- Placas Cerâmicas: Serão aplicadas placas cerâmicas para revestimento, no banheiro em todo o pé-direito, onde será de 33x45cm. A cor e modelo da placa cerâmica deverá ser escolhido pelo contratante.

10.0 PAVIMENTAÇÕES

10.1- Todas as superfícies internas da edificação serão preparadas para receber o contra piso, com os devidos procedimentos de nivelamento e compactação manual e (ou) mecanizada do aterro interno (caixão), precedidos pela colocação e passagem de todas as tubulações embutidas previstas nos projetos de instalações. Após o aterro e compactação, será executado lastro com uma camada de 5cm de brita nº 2 umedecida e apiloada, sobre a brita deverá ser colocada malha de ferro 4,2 mm 15x15 em toda a área de pavimentação.

10.2- Após o cumprimento dos serviços preliminares acima descritos, será executado o contrapiso em concreto simples, no traço 1: 3: 4 (cimento, areia e brita), misturado em betoneira, Fck = 15 Mpa, espessura de 5 cm, superfície com caimento mínimo de 0,5% para as portas externas, e que sofrerá cura por 7 (sete) dias ininterruptos. Em seguida

será executada a regularização do contra piso, em argamassa de cimento e areia média, com espessura de 2 cm, no traço de 1: 4, com o mesmo caimento.

10.3- Pisos: Serão colocados placas cerâmica de 0,45x0,45cm de boa qualidade, sem manchas ou falhas, na cor de tons claros, com índice de absorção de água inferior a 4% , com PEI 4, este deverá ser liso, porém não escorregadio. As placas deverão ser assentadas sobre o contrapiso nivelado, com argamassa colante, do tipo flexível, para uso interno e externo, conforme o ambiente.

10.4- Rodapés: Serão colocados rodapés em todos os ambientes, deverá ser do mesmo tipo de placa cerâmica utilizada para o piso, estes deverão ter 7 cm de altura em todas as paredes internas.

10.5- Rejunte: deverá ser de cor clara, sendo colocado após no mínimo 3 (três) dias da colocação da cerâmica. Antes da secagem do rejunte deverá ser feita a remoção do excesso de massa e da sujeira superficial com um pano seco.

10.6- Deverão ser utilizados espaçadores plásticos para manter distâncias iguais entre as placas de 3mm.

11.0 COBERTURA

11.1- O telhado será executado em madeira de pinheiro de boa qualidade, com tesouras e caibros para fixação do telhado. Não será permitido o uso de madeira que apresente nós ou danificadas.

11.2- A estrutura do telhado será composta por tesouras com afastamento máximo de 1,30m, desta forma serão utilizadas seis unidades de tesouras e serão fixadas através da ferragem de espera com ferro CA-50 de 5 mm deixada na viga de amarração das paredes. Todas as peças da estrutura da cobertura serão de boa qualidade, isentas de nós que as comprometam.

11.3- Telhamento: Telha fibrocimento 6mm, com inclinação de 25%, recobrimento longitudinal mínimo de 20cm e recobrimento lateral mínimo de ¼ de onda, fixada com parafuso galvanizado a fogo Ø 8 mm x 110 mm, com conjunto de vedação, Arruela elástica de vedação e Arruela metálica Ø 8 mm, procedência de primeira qualidade e sujeitas à aprovação da Fiscalização do contratante.

11.4- O forro interno e os beirais serão em PVC, a edificação terá beirais de 60 cm de largura.

12.0 ESQUADRIAS

12.1. As esquadrias deverão atender as especificações e dimensões conforme indicadas no projeto e devem apresentar bom funcionamento, segurança, estanqueidade e rigidez. Em caso de dúvidas sobre a qualidade, poderá ser exigido o enquadramento no NBR 10.821, NBR 6486, NBR 8542 e outras referentes a esquadrias.

12.2. Deve ser observado o sentido de abertura das portas, indicado na planta baixa do projeto.

12.3. Todos os vãos de portas e janelas deverão ser requadrados, através de utilização de gabarito, para obter-se um perfeito encaixe das esquadrias.

12.4. Portas Internas: Todas as portas internas serão de madeira em material semi-oco, de compensado ou MDF, todas com 3,5cm de espessura, próprias para pintura em esmalte sintético, devidamente encabeçadas, com aduelas e alizares, também em madeira e diretamente chumbados na alvenaria, confeccionadas de acordo com o projeto.

12.5. Portas Externas: Serão de ferro com as dimensões indicadas em planta com espessura de 3,5cm. Deve existir espaço suficiente entre a maçaneta da fechadura e o marco.

12.6. Janelas: As janelas serão de ferro com venezianas de correr, com dimensões indicadas em planta baixa e estas devem apresentar bom funcionamento, segurança,

estanqueidade e rigidez. Em caso de dúvidas sobre a qualidade, poderá ser exigido o enquadramento na NBR 10.821 e outras. A janela do banheiro será do tipo basculante em ferro.

12.7. Ferragens: As portas internas e externas terão 5 dobradiças no total do tipo metálico e fechaduras e maçanetas metálicas. Deverá haver distância adequada entre a maçaneta e o marco.

12.8- Vidros: Os vidros das esquadrias serão do tipo liso transparentes com espessura mínima de 4mm. O sanitário será exceção e terá vidros do tipo fantasia, com espessura mínima de 4mm. A colocação deverá ser feita por pessoal especializado.

13.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

13.1- Todas as ligações elétricas deverão obedecer às normas da RGE, ABNT, NB-3 e NB-57, NBR 5410/97, RIC BT/13, e Coprel.

13.2- Terá uma entrada de energia elétrica com poste particular com caixa de proteção. O ramal de ligação entre o quadro medidor e a rede pública será feita por condutores de cobre com 10mm² de seção. A ligação será bifásica. Na entrada principal deverá ser instalado disjuntor bipolar eletromagnético de 40 A.

13.3- O ramal de entrada será com eletroduto rígido de PVC com 32mm de diâmetro, e condutores de cobre 10mm² de seção, conforme planta.

13.4- A caixa de medição será para um medidor individual.

13.5- A ligação de aterramento será feita por um condutor de cobre 10mm² de seção e através de eletroduto de PVC com 20mm de diâmetro de proteção.

13.6- Os eletrodutos internos serão do tipo flexível de 25mm, de PVC conforme especificada em projeto.

13.7- As ligações dos circuitos internos terão condutores especificados no quadro de cargas, conforme prescrito em projeto.

13.8- Para a alimentação elétrica interna, deverá ser empregado fio de cobre com capa plástica e isolamento para 750 V, ou cabo de cobre, com seções nominais variando de 1,5mm² a 6mm².

13.9- Todos os condutores deverão ser submetidos ao teste de continuidade, sendo que os últimos pontos de cada circuito deverão ser testados quanto à voltagem e amperagem disponíveis na rede da concessionária local, com todas as luminárias acesas, permitindo-se nesta situação somente uma queda máxima de 4%.

13.10- Para a rede de energia elétrica serão empregadas caixas de passagem estampadas de embutir, formato octogonal (4 x 4"), hexagonal (3 x 3") e retangular (4 x 2"), todas confeccionadas em chapa de ferro esmaltada nº 18, para tubulações de até 25mm.

13.11- As luminárias serão do tipo spot de sobrepor com lâmpada fluorescente de 15w, conforme projeto elétrico.

13.12- Os interruptores empregados serão de uma e duas, silenciosos e com teclas de embutir, unipolares de 10A e tensão nominal, conforme estabelecida na rede elétrica local, placa em poliestireno cinza (alto impacto).

13.13- As tomadas serão de embutir na parede, tipo universal, segundo normatização recente da ABNT, unipolares 2P+T 10A e com tensão nominal segundo a rede elétrica local, com placa de poliestireno cinza de alto impacto. Deverão também ser testadas por voltímetros para maior certeza de sua produção efetiva.

13.14- Todos os aparelhos de iluminação, interruptores e tomadas deverão ser aterrados, em obediência à Lei Federal nº. 11.337, de 26 de julho de 2006, que disciplina a obrigatoriedade do sistema de aterramento nas instalações elétricas das edificações, mesmo aquelas de pequeno porte, com a utilização de um condutor - terra em cada aparelho elétrico.

14.0 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

14.1- Todas as instalações de água potável deverão ser executadas de acordo com o projeto hidráulico, que estará fundamentado na **NBR 5626/98**.

14.2- O abastecimento de água potável se dará mediante cavalete próprio de entrada da água com medidor, segundo padrões da concessionária local, e atenderá toda a demanda necessária prevista no projeto.

14.3- A tubulação prevista no projeto hidráulico alimentará, por gravidade, todos os pontos de uso efetivo da edificação.

14.5- Todos os dutos da rede de água potável serão testados contra eventuais vazamentos, hidrosticamente e sob pressão, por meio de bomba manual de pistão, e antes do fechamento dos rasgos em alvenarias e das valas abertas pelo solo.

14.6- Os dutos condutores de água fria, assim como suas conexões, serão de material fabricado em PVC soldável (classe marrom), com bitolas compatíveis com o estabelecido no próprio projeto.

15.0 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

15.1- As instalações de esgoto sanitário serão executadas de conformidade com o exigido no respectivo projeto, que deverá estar alinhado e de acordo com a **NBR 8160/99**. Deve atender a NBR 8160 de 1999, NBR 7229 de 1993, NBR 13969, NB-19, NB-92 e DES. A fossa séptica e o sumidouro terão que atender as normas NBR 7229/93 e 13969/97.

15.2- Estas instalações deverão ser executadas por profissionais especializados e conhecedores da boa técnica executiva, assim como os materiais aplicados deverão ter procedência nacional e qualidade de primeira linha, descartando-se quaisquer produtos que não atendam as normas pertinentes da ABNT e do Inmetro.

15.3- As tubulações da rede externa de esgoto, quando enterradas, devem ser assentadas sobre terreno com base firme e recobrimento mínimo de 0,40m.

15.4- Deverá constar tubulação vertical de ventilação ("suspiro") conectada ao ramal primário, que deverá ter continuidade além da cobertura, em pelo menos 1,00 m acima desta.

15.5- Todas as tubulações, serão submetidas ao teste de fumaça ou ao teste da coluna de água, a fim de se verificar a possibilidade de algum vazamento.

15.6- Os tubos serão de PVC rígido branco, diâmetro mínimo de 100 mm e com ponta e bolsa de virola, junta elástica (anel de borracha), conexões também no mesmo padrão, todos de boa qualidade.

15.7- Nos ramais de esgoto serão utilizadas conexões, em tubo de PVC rígido com ponta e bolsa soldável, bitolas variando de 40 a 100mm, todos de boa qualidade, não sendo permitido o aquecimento de tubos e conexões para formar emendas ou curvas.

15.8- Deverão ser instaladas caixas e ralos sifonados nos locais indicados em projeto, todas as peças de material deverão ser de boa qualidade, dimensões mínimas de 150x150 mm e saídas de 50 a 75 mm.

15.9- A caixa de inspeção será locada conforme o projeto, nas dimensões de 60x60x60 cm, deverá ser confeccionada em alvenaria revestida com massa e tampa de concreto. Os ramais geradores de esgoto serão ligados até a caixa de inspeção que seguirão até a fossa e o tratamento final.

15.10- Será utilizado para o tratamento do esgoto, o sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, por ser uma unidade de tratamento primário de esgoto doméstico. A abertura da vala para o sumidouro deverá ser a cargo da contratante.

15.11- A colocação de louças e metais será executada por profissionais especializados e conhecedores da boa técnica executiva, devendo cada peça ser devidamente colocada na

posição indicada no projeto arquitetônico, com especial atenção às indicações que constarem nos projetos de instalação hidráulica e de esgoto sanitário.

15.12- Os aparelhos sanitários serão de boa qualidade, as bacias sanitárias serão as populares, e a pia será aquelas de coluna, estes deverão ser instalados de forma completa com sifão e válvula de escoamento e devem ser deixados em funcionamento.

15.13- Será colocado uma torneira plástica, de padrão popular na pia do sanitário.

16.0 LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA

16.1- A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Todos os equipamentos deverão apresentar funcionamento perfeito com as instalações definitivamente ligadas às redes de serviços públicos (água, esgoto e luz). Caixas de gordura, ralos, filtro anaeróbico, fossa séptica serão limpos e testados.

16.2- Serão procedidos testes para verificação de todos os aparelhos sanitários e equipamentos de iluminação. Todas as instalações deverão estar em perfeitas condições e funcionando. Todos os compartimentos deverão ser limpos quando concluída a obra, inclusive as áreas externas, sendo removido todo o entulho do terreno.

2. GENERALIDADES

2.1 MATERIAIS

O fornecimento dos materiais necessário para os serviços descrito no presente memorial será de responsabilidade da Empreiteira.

Deverão respeitar as Normas Brasileiras, e estar de acordo com as presentes especificações.

Os materiais de construção a serem empregados deverão satisfazer as condições de **1ª qualidade e de 1º uso**, não sendo admissíveis materiais de qualidade inferior que apresentarem defeitos de qualquer natureza (na vitrificação, medidas, empenamentos, etc.).

A contratante se reserva o direito de impugnar a aplicação de qualquer material, desde que julgada suspeita a sua qualidade pela Fiscalização, ou de materiais inadequados. A mesma se reserva do direito de determinar sua demolição e tudo o que estiver incorreto, cabendo a Empreiteira o ônus dos prejuízos.

2.2 SERVIÇOS

Todos os serviços aqui especificados serão fiscalizados pela Prefeitura, devendo ser executados obedecendo sempre os preceitos da boa técnica, critério este que prevalecerá em qualquer caso omisso do projeto ou da proposta suscetível de originar dúvidas em sua interpretação.

Deverão respeitar os códigos municipais, bem como as Normas Brasileiras.

Se em qualquer fase da obra, a Fiscalização tomar conhecimento de serviços mal executados na obra ela se reserva o direito de determinar sua demolição e tudo o que estiver incorreto, cabendo a Empreiteira o ônus dos prejuízos.

A Empresa executora fará Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA/RS) referente a todos os serviços contratados, e entregar por ocasião a 1ª medição.

2.3 PROJETO

As obras serão executadas em obediência aos projetos apresentados que a definirão nos seus aspectos de arquitetura e instalações. Modificações que possa haver no decorrer da construção, só poderão ser realizadas após, discutidas, acertadas e documentadas previamente entre as partes interessadas.

A locação das construções, dimensões, afastamentos, detalhes construtivos, e arquitetônicos deverão estar de acordo com o projeto.

2.4 SERVIÇOS GERAIS

Serão de responsabilidade da Empreiteira e correrão por sua conta todos os serviços gerais, tais como: despesas com pessoal de administração da obra, transportes diversos, consumo de água, luz e força provisória, e outros que se façam necessários ao bom andamento da obra.

2.5 VIGILÂNCIA

A proteção dos materiais e serviços executados, caberá a Empreiteira, que deverá manter a permanente vigilância sobre os mesmos, não cabendo a Prefeitura a responsabilidade por quaisquer danos, de qualquer natureza que venham a sofrer. A vigilância será mantida até a entrega provisória da obra.

2.6 SEGURANÇA DO TRABALHO

A Empresa deverá elaborar e cumprir, de sua responsabilidade, o *Plano de Trabalho na Área de Segurança na Empresa e na obra*, respeitando as diretrizes da NR18 da mesma Portaria.

2.7 CONDIÇÕES DA ENTREGA DA OBRA

A obra será considerada concluída após ter condições de funcionamento, habitabilidade e após todos os serviços estarem concluídos e feitos as limpezas gerais e acabamentos finais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

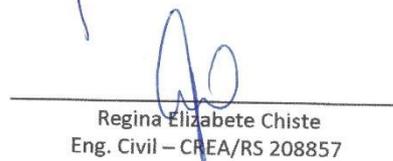
Deverá ser assegurada a garantia total dos produtos utilizados dentro das normas técnicas de suas utilizações.

Os critérios estabelecidos no projeto devem seguir as normas do fabricante. Eventuais dúvidas na interpretação, entrar em contato com o projetista antes do início da obra.

Santa Cecília do Sul - RS, 23 de abril de 2020.



Município de Santa Cecília do Sul



Regina Elizabete Chiste
Eng. Civil – CREA/RS 208857

Anexo XIII

Tomada de Preço N° 06/2020

Orçamento

PLANILHA DE ORÇAMENTO GLOBAL								
 <p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL</p>			<p>Obra: Casas Populares Proprietário: Município de Santa Cecília do Sul Área: 45,50 m² por unidade habitacional Preços Sinapi FEV/2020 (emitido em 19/03/2020), exceto em alguns itens, onde indicar outra referência.</p>			<p>Endereço: Diversos locais Cidade: Santa Cecília do Sul-RS Data: 20/04/2020</p>		
Item	Descrição	Cód. Sinapi	Otd.	Custo Sinapi	Unid.	Material com BDI	Mão-de-obra com BDI	Total com BDI
1. SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	LOCALIZAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTELETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES	99059	27,00	35,38	m	845,21	382,23	1.207,45
1.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA	96527	2,65	87,10	m³	204,23	87,53	291,75
1.3	REATERRO MANUAL APOILOADO COM SOQUETE.	96955	13,65	35,45	m³	428,15	183,49	611,64
Total						1.477,59	633,25	2.110,84
2. INFRAESTRUTURA E SUPRAESTRUTURA								
2.1	CONCRETO CICLOPICO FCK=10MPA 30% PEDRA DE MAO INCLUSIVE LANÇAMENTO	73361	2,65	346,24	m³	811,84	347,93	1.159,77
2.2	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (VIGA BALDRAME)	95956	1,35	1.571,02	m³	1.876,55	804,24	2.680,79
2.3	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS	98567	19,85	29,95	m²	526,02	225,44	751,46
2.4	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (PILARES)	95956	0,25	1.571,02	m³	347,51	148,93	496,44
2.5	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CINTA DE AMARRAÇÃO)	95956	0,75	1.571,02	m³	1.042,53	446,80	1.489,33
Total						4.604,45	1.973,33	6.577,78
3. ALVENARIA E FECHAMENTO								
3.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	87489	83,50	38,98	m²	2.730,63	1.170,27	3.900,91
3.2	ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO MACIÇO 5X10X20CM 1 VEZ (ESPESSURA 20CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	72131	10,00	114,50	m²	1.013,10	434,18	1.447,28
3.3	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO (PARA DIVISÓRIAS)	98111	29,20	40,49	m²	1.046,11	448,33	1.494,44
3.4	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO	93188	8,70	42,28	m	325,48	139,48	464,94
3.5	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO	93194	10,90	25,02	m	241,30	103,41	344,72
Total						5.356,60	2.295,69	7.652,28
4. REVESTIMENTOS								
4.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L.	87879	166,50	2,86	m²	421,33	180,57	601,90
4.2	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M², ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	87535	168,50	21,81	m²	3.183,67	1.364,39	4.547,95
4.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	87547	149,90	16,14	m²	2.140,67	917,43	3.058,10
4.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES	87269	16,60	50,14	m²	736,44	315,62	1.052,06
Total						6.482,01	2.778,01	9.260,02
5. PAVIMENTAÇÃO								
5.1	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N 2), APLICADO EM PISOS OU RADIEIS, ESPESSURA DE *10 CM*	96624	4,05	76,74	m²	274,99	117,85	392,85
5.2	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-92, (1,48 KG/M2), DIÂMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 80 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	21141	40,50	9,83	m²	352,25	150,97	503,22
5.3	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM	87622	40,50	27,75	m²	994,40	426,17	1.420,58
5.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2	87247	40,50	31,75	m²	1.137,74	487,60	1.625,35
5.5	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35CM	88648	28,20	4,32	m	107,79	46,20	153,99
Total						2.867,18	1.228,79	4.095,97
6.0 COBERTURA								
6.1	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSIVE IÇAMENTO	composição A2	6,00	721,52	UNID	3.830,41	1.841,60	5.472,01
6.2	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	92544	63,15	13,63	m²	761,58	328,39	1.087,97

6.3	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE IÇAMENTO	94207	63,15	33,11	m²	1.850,03	792,87	2.642,89
6.4	CUMEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO	94223	7,70	40,94	m	278,92	119,54	398,46
6.5	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	96111	40,50	40,49	m²	1.450,93	621,83	2.072,76
6.6	TABUA DE MADEIRA APARELHADA *2,5 X 15* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO, PARA TABELA	84093	4,80	100,50	m²	426,83	182,93	609,75
Total						6.596,69	3.685,15	12.283,86
7. ESQUADRIAS								
7.1	PORTA EM AÇO DE ABRIR PARA VIDRO SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS	94806	2,00	475,51	unid.	841,48	380,83	1.202,09
7.2	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSIVE DOBRADIÇAS	90822	2,00	335,42	unid.	593,56	254,36	847,94
7.3	BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACIO, E= *3* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *210* CM, EM CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ EUCALPTO/ CURUPIXA/ PEROBÁ/ CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO	195	4,00	129,98	unid.	460,03	197,15	657,18
7.4	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSIVE DOBRADIÇAS	90820	1,00	311,82	unid.	275,90	118,24	394,14
7.5	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO	94559	8,30	561,07	m²	4.120,41	1.765,89	5.886,30
7.6	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDRO, COM VIDROS, BATENTE, FERRAGENS E PINTURAS ANTICORROSIVA E DE ACABAMENTO. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO	94560	0,36	513,20	m²	163,47	70,06	233,53
Total						6.454,82	2.766,35	9.221,17
8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								
8.1	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR	97593	6,00	79,06	unid.	419,71	179,88	599,59
8.2	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LUA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR	97805	2,00	83,07	unid.	147,00	63,00	210,00
8.3	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	93128	3,00	104,10	unid.	276,32	118,42	394,75
8.4	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	93137	2,00	124,27	unid.	219,91	94,25	314,15
8.5	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR PARALELO, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	93138	2,00	116,59	unid.	206,32	88,42	294,74
8.6	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 3 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES SEM BARRAMENTO	74131/1	1,00	64,72	unid.	57,26	24,54	81,81
8.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	91926	220,00	2,56	m	498,32	213,57	711,88
8.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	91928	52,00	4,11	m	189,10	81,04	270,14
8.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	91930	30,00	5,60	m	148,65	63,71	212,35
8.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	91932	15,00	9,17	m	121,70	52,18	173,86
8.11	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS	91846	80,00	6,65	m	470,71	201,73	672,45
8.12	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V	74130/1	4,00	12,85	unid.	45,48	19,48	64,97
8.13	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	91996	6,00	26,45	unid.	135,11	57,90	193,01
8.14	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	92000	7,00	22,93	unid.	142,02	60,87	202,88
8.15	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, PARA CHUVEIRO	91993	1,00	34,16	unid.	30,22	12,95	43,18
8.16	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	96985	1,00	57,01	unid.	50,44	21,62	72,06
8.17	ENTRADA DE ENERGIA COMPLETA AÉREA, 50A, COM POSTE PARTICULAR COMPLETO DE CONCRETO COM CAIXA DE PROTEÇÃO	COMPOSIÇÃO A1	1,00	1.349,27	unid.	1.193,83	511,64	1.705,48
Total						4.352,12	1.865,19	6.217,31
9. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS								
9.1	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA	89356	25,00	14,58	m	322,51	138,22	460,73
9.2	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	89349	1,00	28,38	m	25,11	10,76	35,87
9.3	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	89707	1,00	25,08	unid.	22,19	9,51	31,70
9.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	89714	11,00	38,41	m	373,84	160,22	534,05
9.5	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	89713	9,50	29,89	m	251,24	107,68	358,92
9.6	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	89712	5,70	19,58	m	98,75	42,32	141,07

9.7	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	89711	4,75	13,07	m	54,93	23,54	78,47
9.8	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 80CM	74186/1	1,00	200,67	unid.	177,55	78,09	253,65
9.9	CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM, DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA	35277	1,00	442,87	unid.	391,85	167,94	559,79
9.10	FOSSA SEPTICA E FILTRO, PARA 4 A 7 CONTRIBUINTES, CILINDRICA, COM TAMPA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), CAPACIDADE APROXIMADA DE 1100 LITROS (02 RECIPIENTES SEPARADOS)	39361	1,00	936,52	unid.	828,63	355,13	1.183,76
9.11	SUMIDOURO (ABERTURA A CARGO DA PREFEITURA) PEDRAS E LONA A CARGO DA EMPRESA	3777+4730	1,00	771,20	unid.	682,36	292,44	974,80
Total						3.228,97	1.383,84	4.612,81
10. LOUÇAS E ACESSÓRIOS								
10.1	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA	95469	1,00	171,53	unid.	151,77	65,04	216,81
10.2	CAIXA DE DESCARGA DE PLASTICO EXTERNA, DE 19" L, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	1030	1,00	32,01	unid.	28,32	12,14	40,46
10.3	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	377	1,00	25,90	unid.	22,92	9,82	32,74
10.4	BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL PARA VASO SANITARIO 1 1/2" (40 MM)	6140	1,00	2,78	unid.	2,46	1,05	3,51
10.5	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 30 CM	6141	1,00	3,92	unid.	3,47	1,49	4,95
10.6	TUBO DE DESCIDA EXTERNO DE PVC PARA CAIXA DE DESCARGA EXTERNA ALTA - 40 MM X 1,60 M	1031	1,00	9,70	unid.	8,58	3,68	12,26
10.7	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR	86902	1,00	212,03	unid.	187,60	80,40	268,01
10.8	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 30 CM	6141	1,00	3,92	unid.	3,47	1,49	4,95
10.9	TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2" OU 3/4" COM BICO PARA MANGUEIRA	11831	1,00	29,64	unid.	26,23	11,24	37,46
10.10	PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	20262	1,00	14,38	unid.	12,72	5,45	18,18
10.11	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA	100860	1,00	64,84	unid.	57,37	24,59	81,96
Total						504,91	216,39	721,30
11. PINTURA EXTERNA								
11.1	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASA	88415	67,80	2,11	m²	126,58	54,25	180,83
11.2	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS	95626	67,80	12,52	m²	751,07	321,89	1.072,95
11.3	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM AÇO, DUAS DEMAS (PARA ESQUADRIAS)	73739/1	12,10	15,54	m²	166,37	71,30	237,67
Total						1.044,02	447,44	1.491,45
12. LIMPEZA								
12.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	99803	45,50	1,43	m²	57,57	24,67	82,24
Total						57,57	24,67	82,24
						TOTAL MATERIAL COM BDI	45.028,93	
						TOTAL MÃO-DE-OBRA COM BDI	19.208,11	
						TOTAL DO ORÇAMENTO COM BDI	64.327,04	
						BDI =	26,40 (%)	
DATA: 20.04.2020		Regina C. Christie Engenheira Civil CREA RS/208857		Município de Santa Cecília do Sul Julene Consoladora Peruzzo Prefeita Municipal				

Anexo XIV

Tomada de Preço N° 06/2020

Composições

Composição A1	Código	Entrada de energia elétrica 50A, com poste de concreto, inclusive cabeamento, caixa de proteção para medidor e aterramento, conforme padrões da coprel	unid.	Quant.	Valor	TOTAL
Insumo	406	FITA AÇO INOX PARA CINTA POSTE, L=19MM, E= 0,5 MM (ROLO DE 30M)	UNID.	0,13333	70,45	9,39
Insumo	420	CNTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 150MM DE DIAMETRO PARA FIXAÇÃO DE CAIXA DE MEDIÇÃO, UNCLLI PARAFUSOS E PORCAS	UNID.	2	18,13	36,26
Insumo	857	CABO DE COBRE NU 16 MM² MEIO-DURO	M	3	8,24	24,72
Insumo	937	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 01, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SEÇÃO NOMINAL 10 MM²	M	27	5,09	137,43
Insumo	1062	CAIXA INTERNA DE MEDIÇÃO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE AÇO 18 USG (PADRÃO DA CONCESSIONÁRIA LOCAL)	UNID.	1	163,91	163,91
Insumo	1096	ARMAÇÃO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3/16", COM 4 ESTRIBOS E 4 ISOLADORES	UNID.	2	60,18	120,36
Insumo	1539	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT) PARA CABOS ATE 16MM²	UNID.	8	5,29	42,32
Insumo	1892	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCÁVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID.	4	1,13	4,52
Insumo	2392	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10A ATÉ 50A, TENSÃO MÁXIMA DE 415V	M	1	69,81	69,81
Insumo	2685	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCÁVEL DE 1", SEM LUVA	UNID.	8	4,67	37,36
Insumo	5038	POSTE DE CONCRETO duplo T,200KG, H=9M	UNID.	1	484,92	484,92
Insumo	3379	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN=5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR	UNID.	1	48,27	48,27
Insumo	4346	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSÃO MÉDIA	UNID.	2	5,81	11,62
Insumo	11267	ARRUELA REDONDA DE LATÃO, DIAMETRO EXTERNO=34MM, ESPESSURA, 2,5MM, DIAMETRO DO FURO=17MM	UNID.	2	5,8	11,20
Insumo	12034	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCÁVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID.	2	3,19	6,38
Insumo	39176	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID.	2	0,94	1,88
Insumo	39210	ARRUELA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID.	2	0,70	1,40
Composição	88264	ELETRECISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	19,6	78,40
Composição	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	14,78	59,12
					TOTAL	1349,27

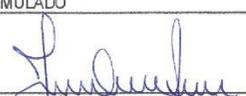
Composição A2	Código	Tesoura de madeira, para vão de 7m, para telha de fibrocimento, incluso içamento	unid.	Quant.	Valor	TOTAL
Insumo	6193	TABUA DE MADEIRA 2,5 X 20 CM, CEDRINHO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	m	20,85	10,58	220,59
Insumo	21142	ESTRIBO COM PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35 CM, SECAO "U", UN 14,85 PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO	unid.	1	16,73	16,73
Insumo	39027	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	kg	2	10,36	20,72
composição	88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	3	14,75	44,25
composição	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	h	3	17,86	52,98
composição	92280	INSTALAÇÃO DE TESOURA (INTEIRA OU MEIA), BIAPOIADA, EM MADEIRA NÃO APARELHADA, PARA VÃOS MAIORES OU IGUAIS A 8,0 M E MENORES QUE 8,0 M, INCLUSO IÇAMENTO	unid.	1	366,25	366,25
					TOTAL	721,52

Anexo XV

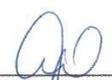
Tomada de Preço N° 06/2020

Cronograma Físico e Financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso	Valor das Obras e Serviços		MESES					
		R\$	%	Mês 01	Mês 02	Mês 03	R\$	%	R\$
Item/ Descrição									
SERVIÇOS PRELIMINARES	3,28	2.110,84	100,00	2.110,84		0,00			0,00
INFRAESTRUTURA E SUPRAESTRUTURA	10,23	6.577,78	100,00	6.577,78		0,00			0,00
ALVENARIA E FECHAMENTO	11,90	7.652,28	100,00	7.652,28		0,00			0,00
REVESTIMENTOS	14,40	9.260,02		0,00	100,00	9.260,02			0,00
PAVIMENTAÇÃO	6,37	4.095,97		0,00	50,00	2.047,99	50,00		2.047,99
COBERTURA	19,10	12.283,85		0,00	50,00	6.141,92	50,00		6.141,92
ESQUADRIAS	14,33	9.221,17		0,00	100,00	9.221,17			0,00
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,67	6.217,31		0,00		0,00	100,00		6.217,31
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	7,17	4.612,81	40,00	1.845,12	40,00	1.845,12	20,00		922,56
LOUÇAS E ACESSÓRIOS	1,12	721,30	50,00	360,65	50,00	360,65			0,00
PINTURA EXTERNA	2,32	1.491,45		0,00		0,00	100,00		1.491,45
LIMPEZA	0,13	82,24		0,00		0,00	100,00		82,24
TOTAL SIMPLES			28,83	18.546,68	44,89	28.876,88	26,28		16.903,48
TOTAL ACUMULADO	100,00	64.327,04	28,83	18.546,68	73,72	47.423,56	100,00		64.327,04



MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL
JUSÉNE CONSOLIDORA PERUZZO
PREFEITA MUNICIPAL



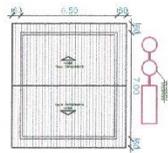
REGINA CHISTE
ENGENHEIRA CIVIL/CREA /RS 208857

Anexo XVI

Tomada de Preço N° 06/2020

Sit/Loc. Maria Lurdes Pereira (na cidade Santa Cecília do Sul)

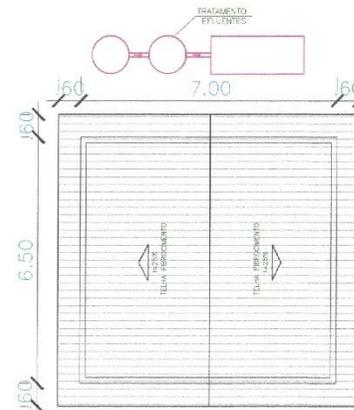
MARIA LURDES PEREIRA



CONSTRUÇÃO NO LOCAL DA CASA EXISTENTE

RUA PASSO FUNDO

PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1:500



PLANTA DE LOCAÇÃO
ESCALA 1:100

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS CONFORME ARTIGO 184 DO CÓDIGO PENAL, LEI 5.168 DO CÓDIGO CIVIL E RESOLUÇÃO CONFEA 205/71



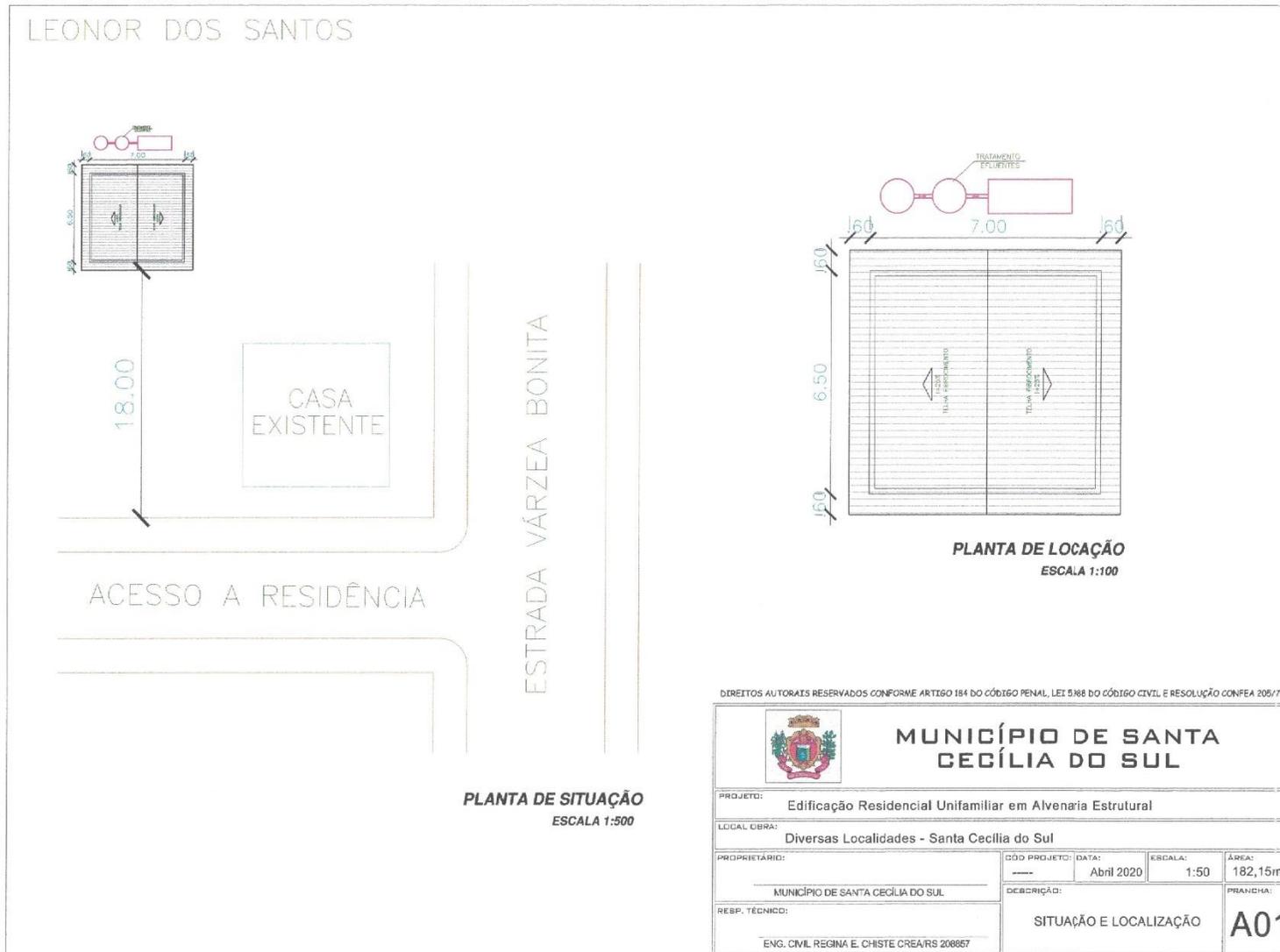
**MUNICÍPIO DE SANTA
CECÍLIA DO SUL**

PROJETO: Edificação Residencial Unifamiliar em Alvenaria Estrutural			
LOCAL OBRA: Diversas Localidades - Santa Cecília do Sul			
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL	CÓD. PROJETO: ----	DATA: Abril 2020	ESCALA: 1:50
RESP. TÉCNICO: ENG. CIVIL REGINA E. CHISTE CREA/RS 208857	DESCRIÇÃO: SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		ÁREA: 182,15m²
			PRANCHA: A01

Anexo XVII

Tomada de Preço N° 06/2020

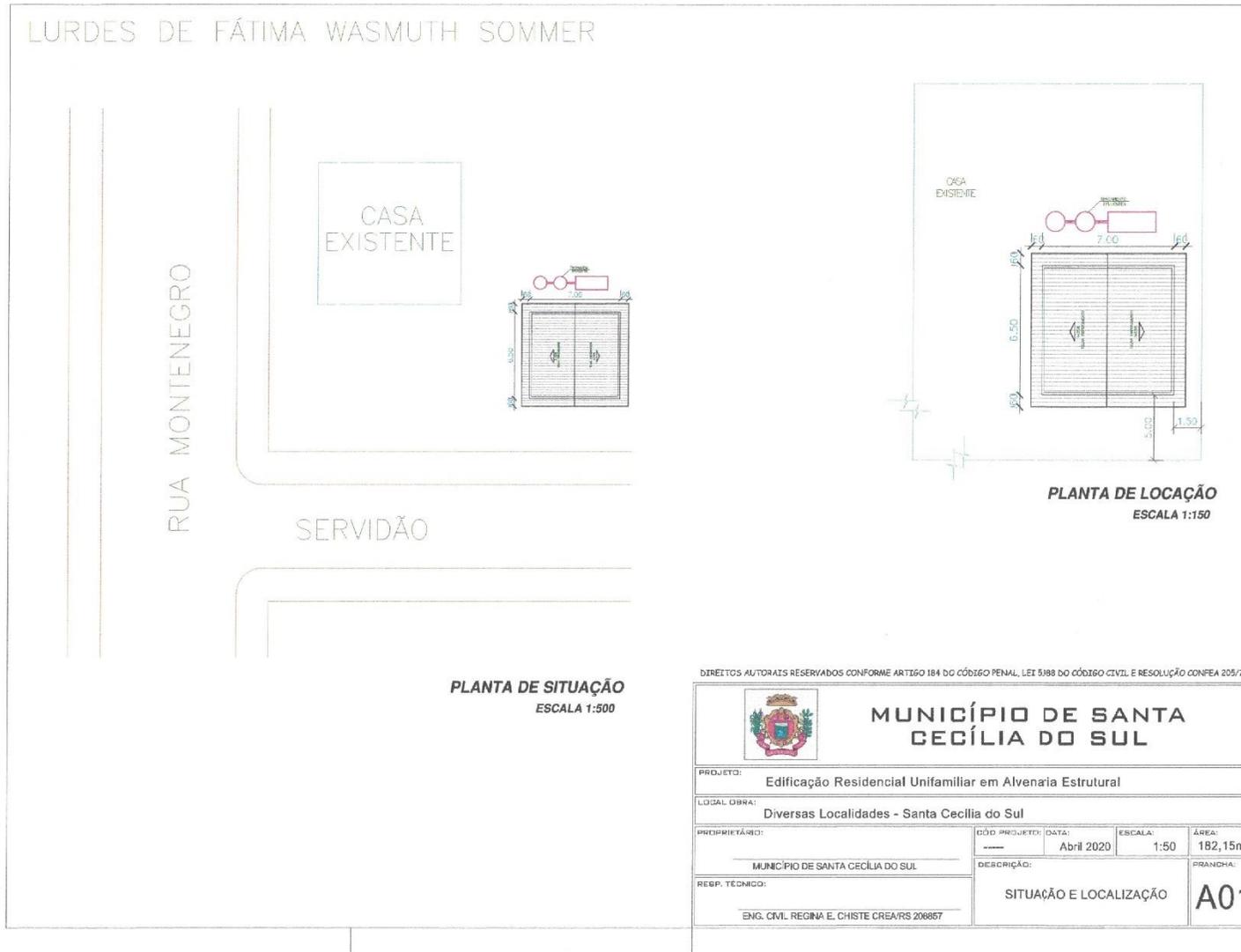
Sit/Loc. Leonor Santos (Localidade de Várzea Bonita)



Anexo XVIII

Tomada de Preço N° 06/2020

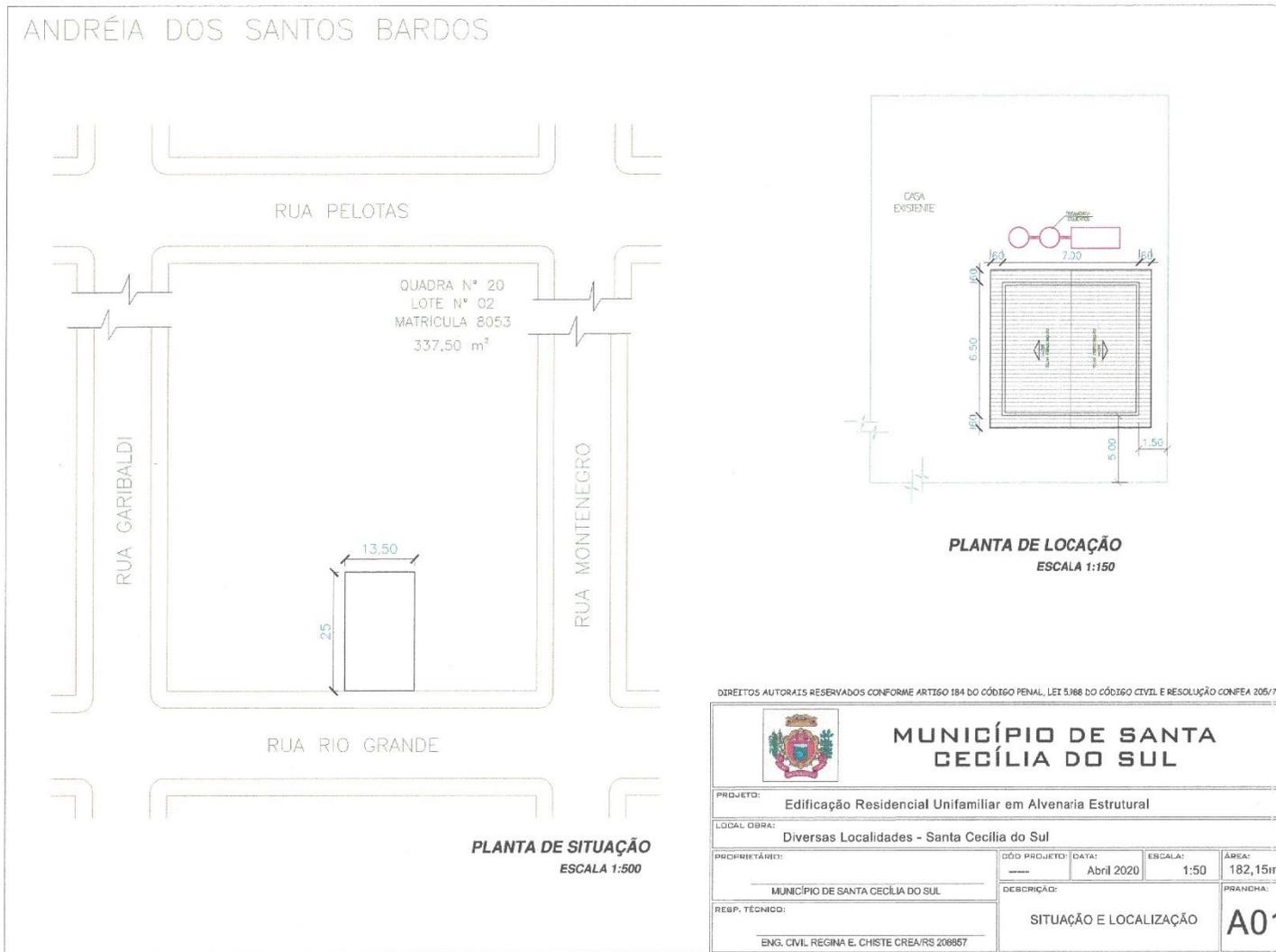
Sit/Loc. Lurdes de Fátima Wasmuth Sommer (na cidade Santa Cecília do Sul)



Anexo XIX

Tomada de Preço N° 06/2020

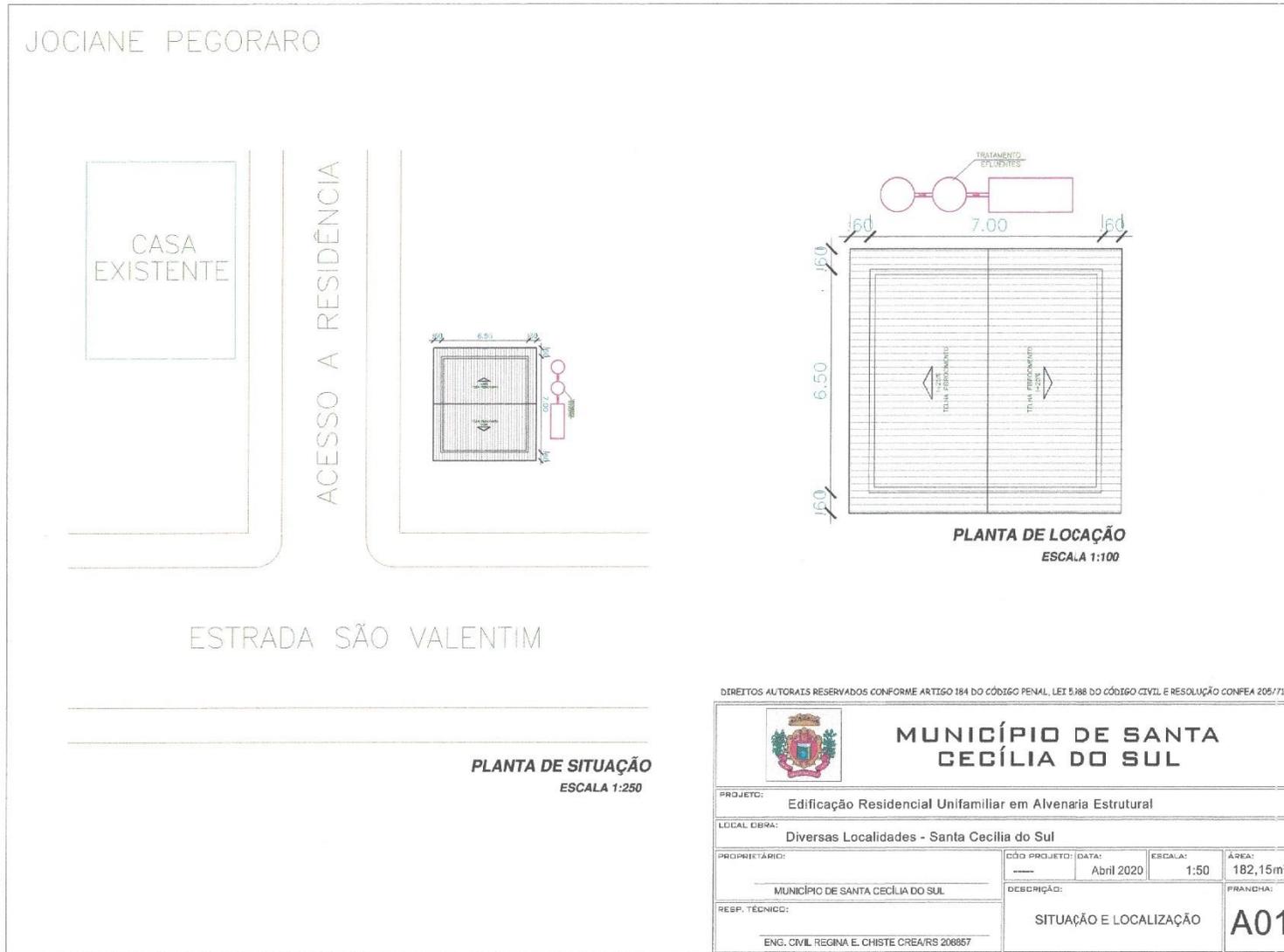
Sit/Loc. Andreia dos Santos Bardos (na cidade Santa Cecília do Sul)



Anexo XX

Tomada de Preço N° 06/2020

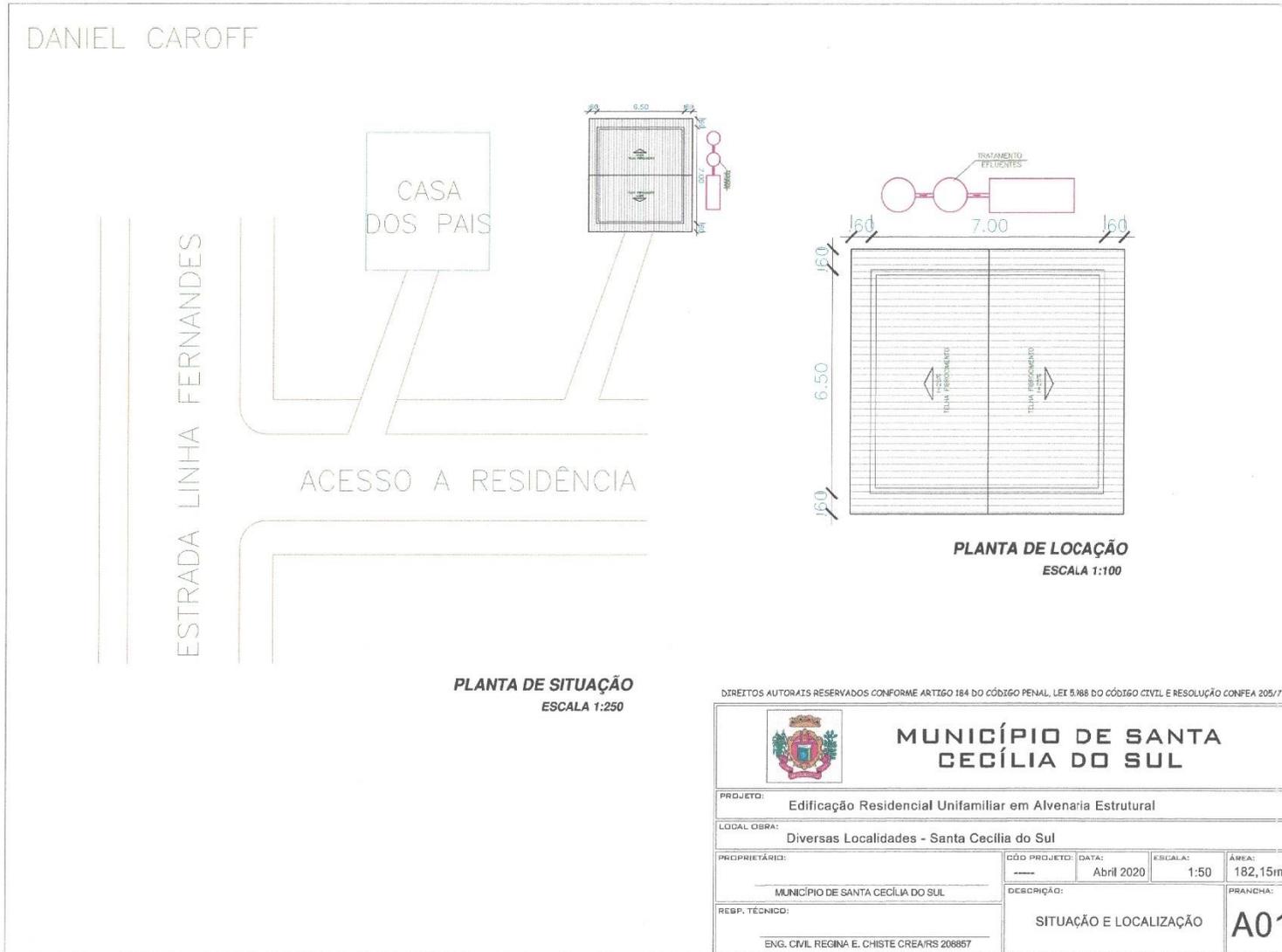
Sit/Loc. Jociane Pegoraro (Localidade de São Valentim)



Anexo XXI

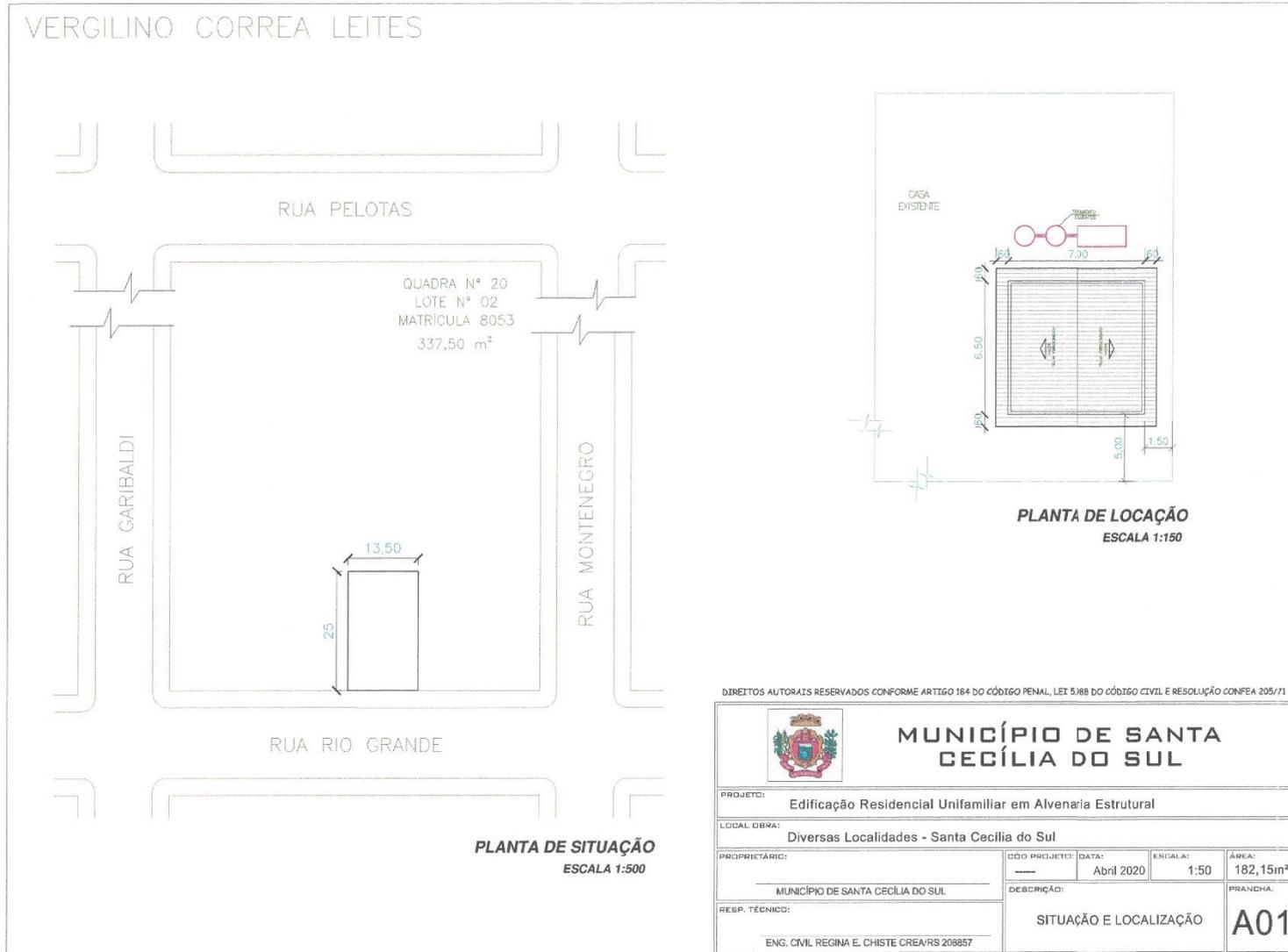
Tomada de Preço N° 06/2020

Sit/Loc. Daniel Caroff (Localidade de Linha Fernandes)



Anexo XXII

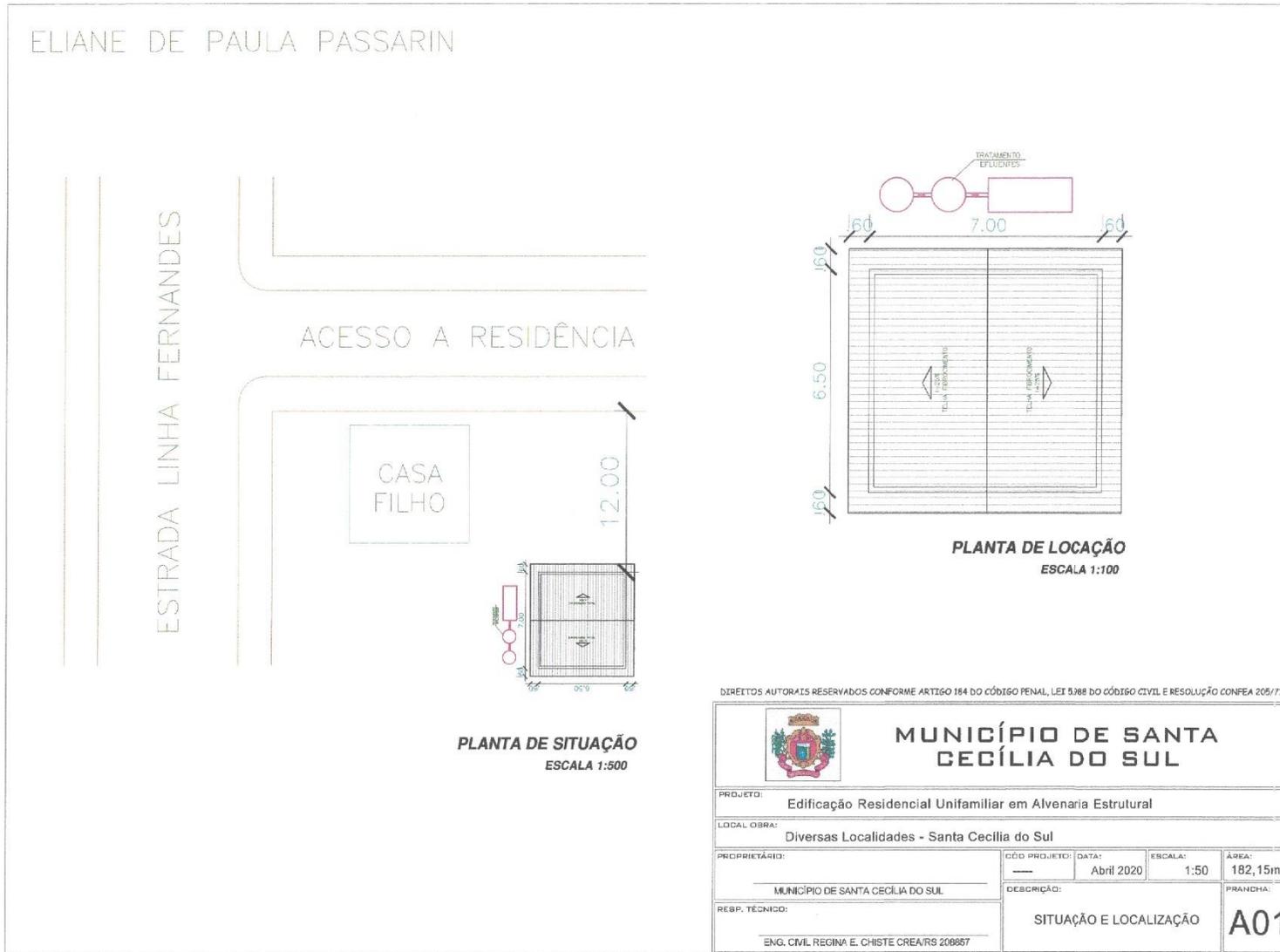
Tomada de Preço N° 06/2020 Sit/Loc. Vergilino Correa Leites (na cidade Santa Cecília do Sul)



Anexo XXIII

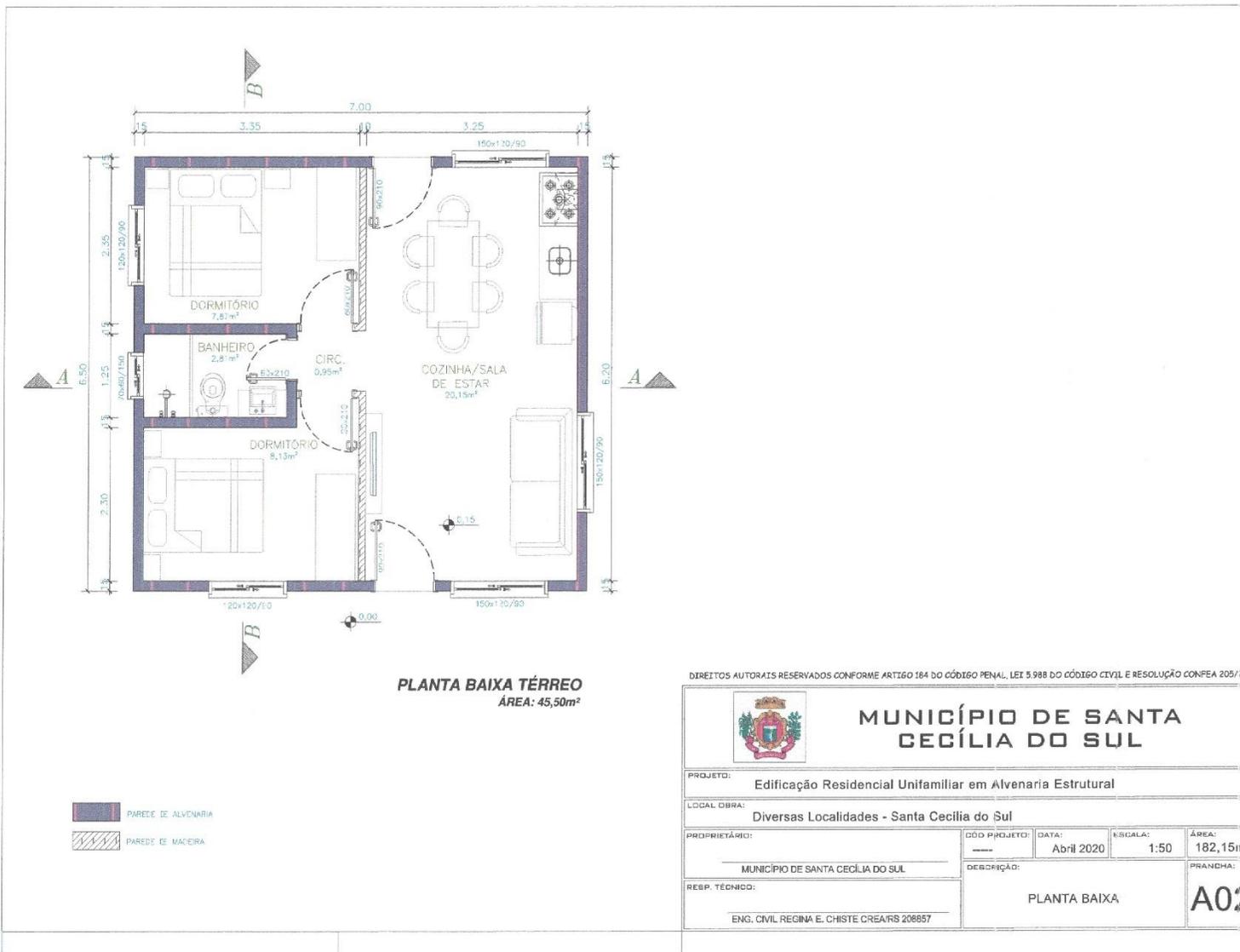
Tomada de Preço Nº 06/2020

Sit/Loc. Eliane de Paula Passarin (Localidade de Linha Fernandes)



Anexo XXIV
Tomada de Preço N° 06/2020

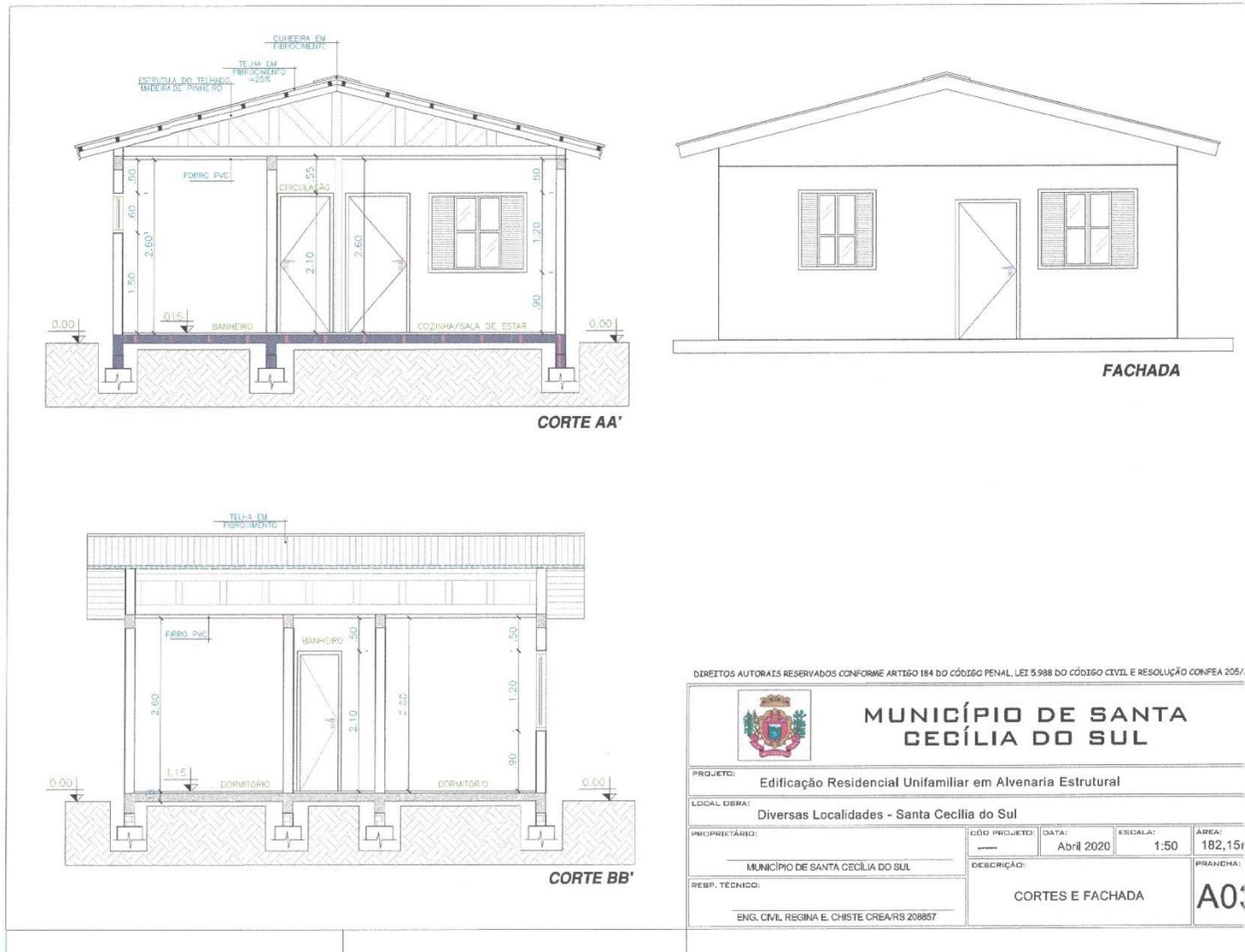
Planta Baixa



Anexo XXV

Tomada de Preço N° 06/2020

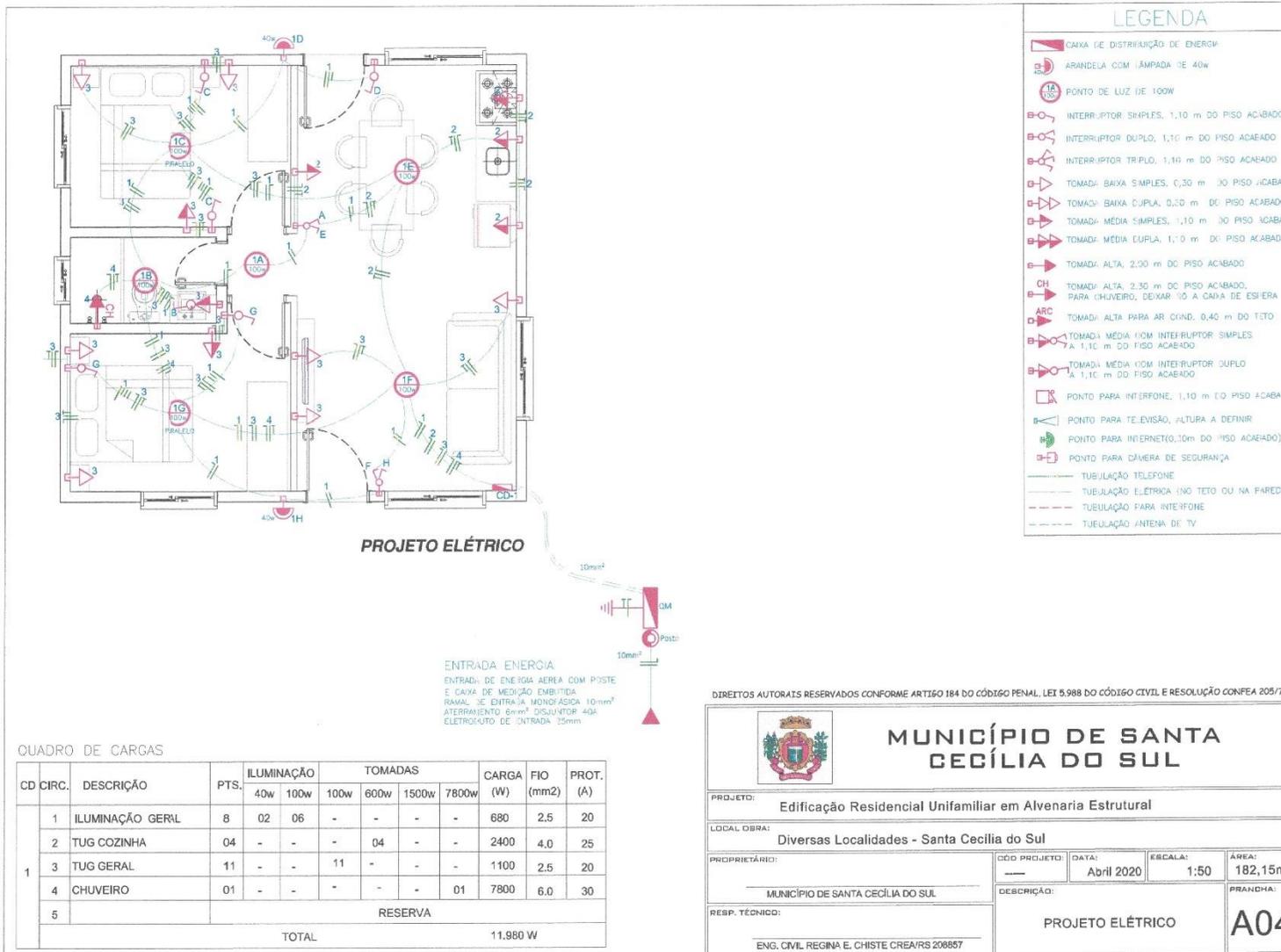
Corte AA' e BB' e Fachada



Anexo XXVI

Tomada de Preço Nº 06/2020

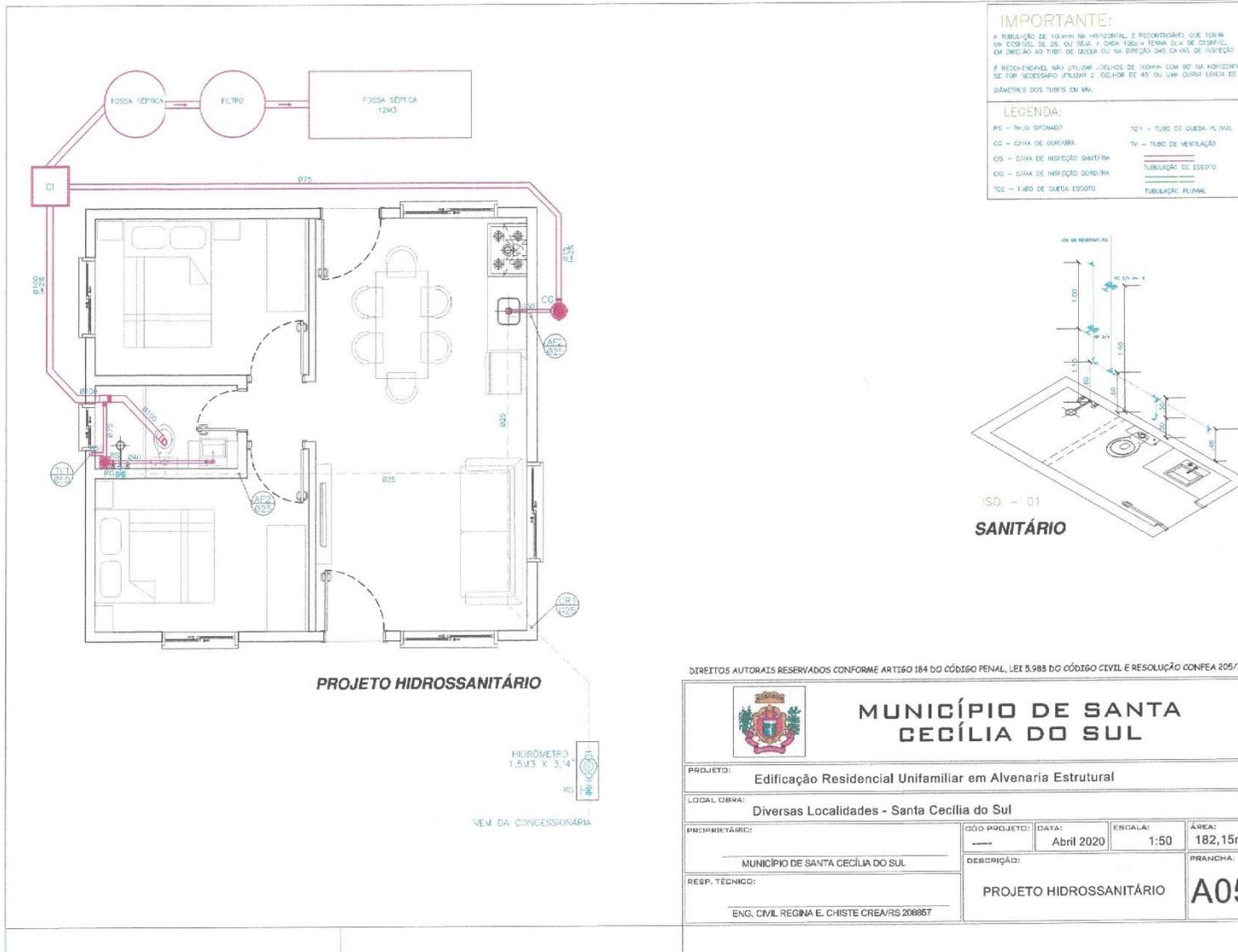
Projeto Instalações Elétricas



Anexo XXVII

Tomada de Preço Nº 06/2020

Projeto Instalações Hidrossanitárias



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS CONFORME ARTIGO 184 DO CÓDIGO PENAL, LEI 5.988 DO CÓDIGO CIVIL E RESOLUÇÃO CONFEA 205/71



**MUNICÍPIO DE SANTA
CECÍLIA DO SUL**

PROJETO: Edificação Residencial Unifamiliar em Alvenaria Estrutural			
LOCAL OBRA: Diversas Localidades - Santa Cecília do Sul			
PROPRIETÁRIO:	CÓD. PROJETO:	DATA:	ESCALA:
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL		Abril 2020	1:50
RESP. TÉCNICO:	DESCRIÇÃO:		ÁREA:
ENG. CIVIL REGINA E. CHISTE CREA/RS 208857	PROJETO HIDROSSANITÁRIO		182,15m ²
			PRANCHA:
			A05

Anexo XXVIII

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Maria Lourdes Pereira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 01/2019

Nome/Razão Social: Maria Lourdes Pereira

CPF/CNPJ: 779.207.590-72

Endereço: Rua Passo Fundo – Santa Cecília do Sul

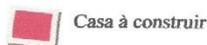
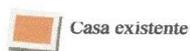
Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capitulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Regina E. Chiste
Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXIX

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Leonor dos Santos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 02/2019

Nome/Razão Social: Dercia Girardi dos Santos

CPF/CNPJ: 826.644.980-53

Endereço: Localidade de Várzea Bonita– Santa Cecília do Sul

Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXX

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Lurdes de Fátima Wasmuth Somer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 03/2019

Nome/Razão Social: Lurdes de Fátima Wasmuth Somer

CPF/CNPJ: 650.400.580-04

Endereço: Rua Montenegro, Bairro Brum – Santa Cecília do Sul

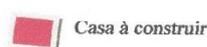
Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXXI

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Andreia dos Santos Bardos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 04/2019

Nome/Razão Social: Andreia dos Santos Bardos

CPF/CNPJ: 984.632.920-20

Endereço: Rua Cruz Alta – Santa Cecília do Sul

Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



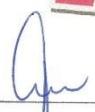
Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Casa existente



Casa à construir


Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXXII

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Jociane Pegoraro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 05/2019

Nome/Razão Social: Jociane Pegoraro

CPF/CNPJ: 006.477.240-30

Endereço: Localidade de São Valentim – Santa Cecília do Sul

Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Casa existente



Casa à construir

Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXXIII

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Daniel Caroff



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 06/2019

Nome/Razão Social: Daniel Caroff

CPF/CNPJ: 023.291.120-76

Endereço: Localidade de Linha Fernandes – Santa Cecília do Sul

Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capitulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Casa existente



Casa à construir

Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXXIV

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Vergilino Correia Leites



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 07/2019

Nome/Razão Social: Vergilino Correa Leites

CPF/CNPJ: 023.291.120-76

Endereço: Localidade de Linha Fernandes – Santa Cecília do Sul

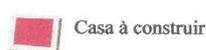
Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015

Anexo XXXV

Tomada de Preço N° 06/2020

Parecer ambiental Eliane de Paula Passarim



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL



PARECER AMBIENTAL

Data: 13/04/2020

Número do Parecer: 08/2019

Nome/Razão Social: Eliane de Paula Passarin

CPF/CNPJ: 729.707.150-15

Endereço: Localidade de Linha Fernandes – Santa Cecília do Sul

Telefone:

Objeto do Parecer:

Conforme vistoria realizada na propriedade no dia, na busca de apresentar parecer técnico para construção da nova residência, frisamos que no local apresentado para construção não é necessária retirada de vegetação, também o terreno não está em Área de Preservação Permanente. Ainda, de acordo com a Lei federal nº 12.651/12 de 25/05/2012 em seu: Capítulo II cita, DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE Art 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas para os efeitos desta lei I. As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura. Vale ressaltar também, que é vedada a supressão de vegetação nativa e também é vedada a intervenção em áreas de preservação ambiental conforme Lei Federal 12.651 de Maio de 2012, acima citada.



Obs: A casa nova será construída no mesmo local da casa existente.



Casa existente



Casa à construir


Regina E. Chiste

Licenciadora Ambiental - Portaria 184/2015